



Relatório Azul 1999 / 2000



Da esquerda para a direita: deputado Antônio Marangon; secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol; deputado Antenor Ferrari; deputada Maria do Rosário; deputado Mário Madureira; deputado Marcos Rolim e, representando o deputado José Ivo Sartori, o Sr. Clovis José Formolo.

Introdução

Gestão do deputado Antenor Ferrari

Gestão do deputado José Ivo Sartori

Gestão do deputado Mário Madureira

Gestão do deputado Antonio Marangon

Gestão do deputado Marcos Rolim

Gestão da deputada Maria do Rosário

Conclusão



Relatório Azul 1999 / 2000

Introdução¹

A defesa intransigente da vida deveria ser óbvia para todos. Mas não é. Razão pela qual, a Assembleia Legislativa gaúcha criou a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH), em 25 de junho de 1980, atendendo a pressão dos movimentos populares e de militantes dos Direitos Humanos. Ao longo destes 20 anos, a CCDH pioneira no país, vem se constituindo, não apenas como um espaço aberto a denúncias de violação dos Direitos Humanos, mas sobretudo de formulação de políticas públicas de combate às transgressões que desumanizam.

A idéia de Direitos Humanos oferece uma utopia radical e transformadora. Radical porque orientada em uma plataforma ética e coerente que se contrapõe intensamente a soluções oportunistas; transformadora porque comprometida com o objetivo revolucionário por excelência, que é o de mudar a vida das pessoas que sofrem.

Em apenas duas décadas, a CCDH - que surgiu como Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor, através da Resolução nº 1.819 - contabiliza significativos avanços. Sob o manto da ditadura, a violação dos Direitos Humanos era evidente. Hoje é sutil e perversa. Mas, a mesma coragem que levou seus militantes a desafiar os anos de chumbo, tem demonstrado suficiente fôlego para combater o projeto de globalização, responsável pela miserabilidade. Para os neoliberais, alguns seres humanos são descartáveis. Os que lutam pelos Direitos Humanos, no entanto, entendem o direito à vida como um bem maior, desta forma preferem uma sociedade de respeito às diferenças de gênero, raça e opção sexual.

O surgimento da CCDH foi inspirado numa operação internacional, que envolveu policiais brasileiros, no seqüestro dos militantes uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias. A repressão, desencadeada com o golpe militar de 1964 vitimou centenas de ativistas políticos do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo em que a proximidade com a fronteira facilitava a fuga, estimulava a repressão das ditaduras implantadas no Cone Sul. À época, os militantes políticos uruguaios se encontravam clandestinos em Porto Alegre. A pedido do governo Uruguio, o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) gaúcho seqüestrou os dois ativistas e as crianças que os acompanhavam, entregando-os aos torturadores do país vizinho.

Este episódio motivou a Assembleia Legislativa a instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o envolvimento de policiais gaúchos no caso. O debate foi acirrado. Os deputados da Arena negavam o seqüestro, mas acabaram cedendo e aprovaram um relatório condizente com os fatos. Despontava, assim, uma estrutura institucional parlamentar de denúncia e proteção aos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul.

Entre os objetivos da CCDH estão o de zelar pelo cumprimento integral da Declaração Universal dos Direitos do Homem, promover palestras, conferências, estudos e debates e acompanhar investigações sobre qualquer tipo de lesão aos Direitos Humanos.

Passados 20 anos, as violações dos Direitos Humanos continuam desafiando os militantes que se rebelam contra a injustiça social. Muitas pessoas deram a vida por esta causa e hoje a disputa não é menos perversa. Enquan-

¹ Capítulo elaborado por Maria da Glória Lopes Kopp, em 1995, quando assessora da CCDH, período de 1980 a 1995. Complementado pela jornalista Stella Mária Valenzuela (Reg. nº 4983), que analisou o período de 1996 a 2000.

to existir racismo, desrespeito às diferenças, pessoas padecendo de sofrimento psíquico, penitenciárias superlotadas, crianças e mulheres exploradas e sofrendo abuso sexual, os militantes dos Direitos Humanos irão continuar intransigentes na defesa incondicional da vida.

Presidentes da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa

Deputado	Partido	Período
Antenor Ferrari	MDB	1980, 1983 e 1982
José Ivo Sartori	MDB	1983, 1984, 1985 e 1986
Mário Machado	MDB	1987, 1988, 1989 e 1990
Antônio Mazzagari	PT	1991 e 1993
Marcos Rolim	PT	1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998
Maria do Rosário	PT	1999 e 2000

Fonte: Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS.

Proposta de Comissão

Em 1979, o deputado Antenor Ferrari (MDB) fez um pronunciamento na Assembleia Legislativa, propondo a criação de uma Comissão Permanente de Direitos Humanos². O conteúdo do discurso definiu o perfil político da Comissão, que foi criado logo em seguida.

As preocupações eram com a crítica ao modelo econômico vigente, ao regime ditatorial, – no Brasil e em países da América Latina – e com a concentração de poderes do Executivo – em detrimento do Judiciário e do Legislativo. O deputado atacou duramente a concentração de riquezas – geradora de miséria, marginalização e desigualdades – manifestando preocupação com a propriedade da terra – trabalhadores rurais e pequenos proprietários – e a política agrária. Posicionando-se contra a ideologia da “Segurança Nacional”, a discriminação racial de índios e de negros, a discriminação contra a mulher, inclusive na legislação, e o problema dos “menores”.

Nos centros urbanos, o deputado detectava as migrações internas, favelização das periferias das cidades, discriminação da população pobre “campo fértil para o crescimento da criminalidade e de tantas outras formas selvagens de violência”. Menciona “a questão da violência policial que tem ameaçado e reprimido especialmente os setores mais oprimidos da população, quer por razões políticas, quer no tratamento dos casos de delinquência comum”.

Defendeu a livre organização dos “oprimidos” sem a tutela do Estado. Afirmou que não estava a “pregar a violência”. Defendia os Direitos Humanos como uma luta geral a ser observada em qualquer tempo e em qualquer lugar.

Fez referências a retomada dos movimentos sociais e as manifestações da Igreja, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação de Imprensa, observando as distinções do regime militar no final da década de 70. Propunha a luta por uma Assembleia Constituinte, precedida por uma anistia ampla, geral e irrestrita, com liberdade de organização partidária e plenas liberdades para a propaganda política.

O deputado Ferrari defendeu os Direitos Humanos como preocupação cotidiana, por isso, uma Comissão com caráter permanente, tendo como finalidade “policiar os violadores e investigar essas ocorrências, mas também se preocupar com a promoção humana”. Chamava o Poder Legislativo à responsabilidade de não ficar simplesmente assistindo as violações. “O Poder Legislativo tem que estar presente, permanentemente, no sentido de fiscalizar e

² FERRARI, Antenor. Pelos Direitos Humanos - Proposta de criação de uma Comissão Permanente de Direitos Humanos Porto Alegre, Assembleia Legislativa, 1979.



prevenir as violações". Por fim, apresentava a proposta do então senador Franco Montoro para a criação de comissões de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, manifestando apoio a criação de comissões nas Assembleias e Câmaras Municipais.

Atribuições da Comissão de Direitos Humanos Segurança Social e Defesa do Consumidor

Em 25 de junho de 1980, a Resolução nº 1.871, da Assembleia Legislativa estabeleceu um novo Regimento Interno contemplando nove Comissões Temáticas, definidas como "órgãos de estudo da matéria submetida à deliberação da Assembleia. Entre elas, a Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor, com até cinco membros, e com a seguinte competência:

- a) Zelar pelo cumprimento integral da Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- b) promover palestras, conferências, estudos e debates, providenciar em trabalhos técnicos, relativos aos Direitos Humanos através da abordagem de temas como condições de vida, condições de trabalho, salários justos, associação livre, condições de habitação, alimentação, defesa do consumidor, saneamento básico, transporte, condições de saúde, condições de ensino, lazer e cultura e defesa do meio ambiente e proteção ecológica;
- c) acompanhar e investigar, no território do estado, qualquer tipo de lesão, individual ou coletiva dos Direitos Humanos que tenha sido apresentada através dos meios de comunicação ou denúncia;
- d) para a segurança e proteção dos Direitos Humanos, a Comissão poderá ter funções preventivas, antecipando-se a acontecimentos onde exista possibilidade de lesão aos mencionados direitos. "As Comissões reuniam-se ordinariamente duas vezes por semana e as reuniões eram públicas" ³.

Instalação da Comissão

Em 14 de agosto de 1980, foi realizado um Ato Inaugural da Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor, na Assembleia Legislativa, contando com a presença de Cláudio Hummes, bispo do ABC paulista e Carlos Dias, presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo.

A Comissão de Direitos Humanos iniciou com três deputados, Antenor Ferrari, presidente, José Fogaça, vice-presidente e como membro, Américo Copeti. No final de 1981, foi publicado em Relatório de Atividades um balanço de ano e meio de suas ações. Desde o início, fica claro a estreita relação da Comissão Parlamentar com os movimentos sociais, em especial, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH). A infra-estrutura da Comissão estava à "disposição dos movimentos sociais" ⁴.

Gestão do deputado Antenor Ferrari – (1980 - 1982)⁵

"O fato de termos vivido um período autoritário - com torturas, desaparecidos políticos, cassações de mandatos, prisões políticas - favoreceu o surgimento de idéias de resistência e de defesa dos Direitos Humanos e políticos. Isto fez com que a Comissão

³ Diário Oficial, Resolução nº 1.817, de 25 de junho de 1980, Porto Alegre, 27 de junho de 1980, Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas.

⁴ Problemas Urbanos.

⁵ Deputado estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

tivesse uma atuação forte e se destacasse na luta pelos direitos dos cidadãos. Desde o seu surgimento, observa-se uma profunda vinculação com os movimentos sociais, que ao procurar uma forma de superar o regime militar, se agregaram a esta luta. A Comissão não foi, então, apenas um projeto de resolução apresentado à mesa, mas sim o resultado da luta dos movimentos sociais organizados que se somaram à proposta.

A época o inimigo estava claro. Talvez aquela realidade exigisse mais determinação e causasse mais temor. Hoje precisa um pouco mais de inteligência para combater as violações aos Direitos Humanos. Defendo um parlamento aberto, desburocratizado, que deixa a sociedade penetrar e construir seus caminhos. Quando o parlamento não representa os anseios da sociedade, não atinge seus objetivos. E é assim que a gente vai conseguir uma sociedade justa, porque o parlamento é plural. Aí podemos fazer as mudanças que o país precisa. Ao recuperar a memória da CCDH se observa uma coerência de ação, mesmo tendo passado pela liderança de diversos partidos e dos mais distintos períodos históricos”.

O trabalho era definido no sentido da “consciência do direito e do justo”, com a preocupação de “esclarecer as origens e mecanismos da exploração” e contribuir no fortalecimento das organizações populares autônomas, mobilizando os indivíduos para manifestar a sua inconformidade.

Entre os objetivos específicos de trabalho da comissão figuravam: a) apoio às lutas por melhores condições de vida e de trabalho; b) apoio às lutas pelo cumprimento da precária legislação trabalhista, naquilo que ela favorece os trabalhadores; c) apoio às lutas por melhores condições de habitação, saúde e infra-estrutura para os setores pobres da população; d) apoio às lutas dos pequenos agricultores e agricultores sem-terra contra a sua exploração e pela reforma agrária; e) apoio às lutas contra os despejos na cidade e no campo; f) apoio à luta pela preservação do meio ambiente; g) luta pela defesa dos direitos civis e das liberdades democráticas.

Desde o início estava evidente os limites para a resolução dos problemas individuais. A Comissão privilegiava o apoio às lutas coletivas. Atuou na defesa dos direitos civis e no combate a violência policial, promovendo reuniões e chamando as autoridades responsáveis para prestar esclarecimentos. Encaminhavam as vítimas ou seus testemunhos à Coordenadoria dos Promotores (Ministério Público), para a tramitação judicial e à imprensa para esclarecimento da opinião pública. A presença dos deputados nas manifestações públicas garantia respaldo às reivindicações e procurava evitar a repressão.

Problemas urbanos

Na área urbana, entre as questões trabalhadas, o Relatório destaca o problema da habitação popular e do transporte coletivo. Na área de habitação, foi realizado um curso de formação para lideranças populares e foi dado apoio aos moradores de áreas ocupadas, que estavam ameaçados de expulsão. Este trabalho era desenvolvido em estreita parceria com a Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e Amigos do Bairro (Fracab) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na luta, por transporte bom e barato, a Comissão realizou um estudo sobre preço e qualidade oferecendo um Projeto de lei às Câmaras Municipais.

Em 1982, uma Monografia sobre o Problema na Habitação Popular e as Políticas Habitacionais no Período Recente⁶, analisava a política habitacional no período pós-64, a atuação da Companhia de Habitação em Porto Alegre.

⁶ Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Segurança Social - O Problema da Habitação Popular e as Políticas Habitacionais no Período Recente. Monografia. Assembléia Legislativa, Porto Alegre, 1982.



Trabalhadores urbanos

A Comissão de Direitos Humanos, o movimento sindical e a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) pressionavam o cumprimento da legislação trabalhista. Apontavam a utilização da Brigada Militar (BM) na repressão aos trabalhadores, na defesa dos patrões. Denunciavam, ainda, a Justiça Militar quando esta oferecia privilégios de tribunal específico para o julgamento de crimes comuns como o abuso de autoridade no trato de policiais contra civis.

A preocupação com as condições de vida dos assalariados materializou-se na realização de uma pesquisa sobre o perfil do consumo da população de baixa renda da região metropolitana de Porto Alegre. Foi detectado o empobrecimento e a favelização dos trabalhadores. A média salarial, por família, ficava em torno de 2,5 salários mínimos.

Direitos dos consumidores

Em julho de 1982, foi publicada uma separata sobre “O Sistema Tributário e seu Impacto no Consumo Popular”⁷. Foi mais uma contribuição da Comissão de Direitos Humanos ao debate sobre as condições da vida das populações de baixa renda. Antes, outras duas publicações, nesta mesma linha de pesquisa, tinham sido elaboradas “A Estrutura de Consumo da População de Baixa Renda e A Crise do Desemprego”.

Em contato com trabalhadores e moradores de vilas da periferia, foi verificada a dificuldade na identificação dos elementos e características que tornam o sistema tributário atual injusto e regressivo, principalmente no que diz respeito à incidência dos impostos indiretos.

Luta pela terra

Os problemas nas áreas rurais do Estado foi uma preocupação permanente da Comissão de Direitos Humanos. Isto porque era “um dos focos principais de lesão aos Direitos Humanos mais elementares e por ser no campo onde a prepotência dos poderosos se manifesta de forma mais violenta”⁸.

A Comissão de Direitos Humanos teve um envolvimento significativo com essa problemática. Naquela época, diversas famílias de agricultores haviam sido expulsas de reservas indígenas, no norte do Estado e, em decorrência da barragem da Dona Francisca, foram desalojadas 1.452 famílias. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reassentou 520 famílias, 400 migraram. O restante, 500 famílias, desde 1972, estavam sem uma solução.

Um fato que marcou a história recente do Rio Grande do Sul foi a ocupação de uma faixa de terra no local conhecido como Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, por cerca de 500 famílias de agricultores sem-terra, entre 1979 e 1980. Em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), a Comissão de Direitos Humanos articulou um movimento de apoio.

Em julho de 1981, o Conselho Nacional de Segurança, em nome do Presidente da República, enviou o coronel Sebastião de Moura Rodrigues, coronel Curió, para “acabar” com o acampamento em 15 dias. Fruto desta pressão, 66 famílias deixaram o acampamento, 137 famílias aceitaram o assentamento em Mato Grosso e o restante resistiu, derrotando assim, as pretensões do regime militar. Durante a estada do coronel Curió, os deputados da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa estiveram no local junto a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ouviram os colonos e pressionaram o Estado na busca

⁷ Comissão de Direitos Humanos, Defesa Do Consumidor e Segurança Social - O Sistema Tributário e seu Impacto no Consumo Popular. Assembleia Legislativa, Porto Alegre, julho 1982.

⁸ Idem ao 21, a estes agricultores. Campanhas de arrecadação de alimentos e roupas mobilizaram escolas e um setor significativo da sociedade civil.

de soluções para as famílias acampadas. A Comissão de Direitos Humanos defendia uma “reforma agrária radical”, sob o controle dos trabalhadores⁹.

Defesa do meio ambiente

Durante vários anos, a Comissão de Direitos Humanos teve como função a preocupação com problemas ambientais. A defesa de um meio ambiente sadio fez com que a Comissão acompanhasse de perto a luta dos ecologistas gaúchos contra a implementação do Polo Petroquímico no Estado. O Polo acabou sendo instalado em Triunfo.

Violência e criminalidade

O crescimento dos índices de violência social e policial refletiam-se através de diversas denúncias. Dois casos chamam a atenção, a morte do trabalhador Constâncio Soares, no município de São Gabriel. Torturado, com auxílio de policiais da Brigada Militar, faleceu dias depois, e a morte do comerciante Pedro Oliveira Maciel, preso e torturado até a morte pela Polícia Civil. A Comissão de Direitos Humanos apresentou a denúncia para a Justiça e fez a divulgação pública dos brutais acontecimentos.

A imprensa e os Direitos Humanos

Desde cedo, setores da imprensa passaram a acusar a Comissão de Direitos Humanos de “defender marginais” e de dar “respaldo à criminalidade”. No entanto, os deputados entendiam que a “ordem social injusta que rege a vida social é a grande geradora da marginalidade”. Defendiam o cumprimento da lei por parte dos policiais como forma de combater a criminalidade e não permitir um comportamento marginal pelos próprios policiais¹⁰.

Direitos dos presos

A defesa dos direitos daqueles que cumpriam pena de supressão de liberdade, recebeu atenção por parte da Comissão de Direitos Humanos desde o seu início. A defesa de um tratamento “humano” para os detentos materializou-se na defesa de condições para os apenados da Ilha do Presídio¹¹.

Gestão do deputado Ivo Sartori – (1983 - 1986)¹²

“Nossa Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, que tive a honra de presidir no período de 1983 a 1987, tem uma trajetória que orgulha não apenas o Legislativo, mas toda a comunidade rio-grandense. É uma história rica em termos de construção

⁹ Idem ao 22

¹⁰ Idem ao 23.

¹¹ Idem ao 24.

¹² Deputado estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).



coletiva, participação e vanguarda nos mais importantes movimentos, causas e lutas do povo gaúcho, brasileiro e latino-americano. Nestes 20 anos de caminhada, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos sempre teve uma atuação marcante em favor de uma sociedade mais igual, justa, fraterna e solidária. Sempre defendeu, com determinação e coragem, o direito de todas as pessoas a uma vida digna, que também poderíamos traduzir por cidadania plena. A luta continua.”

Em 1983, o deputado José Ivo Sartori (PMDB) assumiu a presidência da Comissão. Natural de Caxias, teve participação no movimento estudantil. Na vice-presidência, alternaram-se a deputada Ecléa Fernandes e os deputados Jauri de Oliveira e Hélio Musskopf (PMDB) e, como membros, Dilamar Machado (PDT) e Pedro Américo Leal (PSB). A Comissão passava a assumir o seu caráter pluripartidário.

A gestão do deputado Sartori coincide com várias mudanças em nível político ocorridas no Brasil. O país retomava as liberdades democráticas e elegia deputados e governadores. No Rio Grande do Sul, Amaral de Souza foi eleito governador do Estado pelo Partido Democrático Social (PDS), sucedâneo da antiga Aliança Renovadora Nacional (Arena).

No Colégio Eleitoral, os deputados e senadores elegeram Tancredo Neves para a Presidência da República, derrotando o candidato do regime militar. Com a morte do presidente eleito, assumiu o maranhense José Sarney. O país debatia os novos rumos a serem tomados e a proposta de uma Assembléia Nacional Constituinte, para recolocar o país em um Estado Democrático de Direitos.

Com a preparação dos debates a serem enfrentados pelos constituintes, a serem eleitos em 15 de novembro de 1986, o deputado Ivo Sartori publicou uma separata sobre “Constituinte e Direitos Humanos”¹³.

Caracterização da Comissão de Direitos Humanos

Na apresentação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, publicada pela Comissão, o trabalho realizado é assim apresentado: “A Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor possui uma dimensão muito vasta. Não se constitui, meramente, num instrumento parlamentar, mas sim, numa ferramenta em favor dos injustiçados e dos oprimidos, um canal a ser utilizado pelos segmentos sociais marginalizados, sempre que necessário à defesa e à preservação de qualquer direito fundamental da pessoa humana”.

No “Relatório de Atividades” de 1983/1984¹⁴, o deputado Ivo Sartori caracterizava a Comissão como “ora respaldando os movimentos, ora se fazendo presente no momentos difíceis, ora promovendo debates, painéis, atos públicos (...). Por sua trajetória de trabalho, procurou constar o respeito e a consideração da sociedade, principalmente com aqueles setores que se preocupam com as injustiças e os desfavorecidos, constituindo-se, assim, num importante ponto de referência”. Pelo que se pode observar nos documentos da época, o trabalho era realizado em parceria com entidades representativas e com os movimentos populares organizados.

Nos dois primeiros anos de atividades do deputado Sartori, foram registradas 11.295 denúncias e atendimentos gerais. Realizaram-se 128 sessões ordinárias da Comissão e 557 reuniões diversas, contando as audiências concedidas. Além de visitas a conjuntos habitacionais e acampamentos de trabalhadores sem-terra¹⁵. Em três anos, 1983-1985 foram computadas 14.177 denúncias e atendimentos gerais. Neste período, foram feitas 1.119 reuniões.

¹³ SARTORI, José Ivo. Constituinte e Direitos Humanos. Porto Alegre, Assembléia Legislativa, s. d.

¹⁴ Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Segurança Social. Relatório de Atividades 1983/1984. Assembléia Legislativa, Porto Alegre, s. d.

¹⁵ Idem pp. 09 e 23.

Críticas às políticas governamentais

No mesmo Relatório das Atividades, os deputados diagnosticavam o agravamento da crise através de um “modelo econômico recessivo que desacelerou a economia, gerando desemprego em massa, arrocho salarial, o achatamento das camadas médias da maioria do nosso povo. É salientado o descompromisso do governo federal com a problemática da terra e o aumento do êxodo rural. Formulando críticas severas a política habitacional “da qual o Banco Nacional da Habitação (BNH) é o exemplo mais gritante”¹⁶.

Campanha pela revogação da Lei de Segurança Nacional

Em maio e junho de 1983, foi realizado um Ciclo de Debates sobre a Revogação da Lei de Segurança Nacional. Esta lei, reflexo do sistema repressivo e ditatorial da época, enquadrava lideranças sindicais, religiosos, estudantes e parlamentares. A atividade era uma promoção conjunta com a Campanha Nacional pela revogação desta lei. Foram realizados quatro e publicados em quatro separatas, num total de 12 mil exemplares¹⁷.

A Comissão de Direitos Humanos envolveu-se com o apoio à luta pela libertação do jornalista gaúcho Juvêncio Mazzarollo, último preso político libertado no Brasil, que havia sido condenado com base na Lei de Segurança Nacional.

Publicações

Foram publicados cinco mil exemplares da Declaração Universal dos Direitos do Homem e distribuídos prioritariamente nas escolas.

Em 1984, foi editado o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos. Documentos do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção do Rio Grande do Sul, com relação dos militantes políticos mortos e desaparecidos pela ditadura militar.

Articulação parlamentar de Direitos Humanos

Na gestão do deputado José Ivo Sartori, o PMDB manteve a política de incentivo à criação de Comissões de Direitos Humanos nos Legislativos Municipais. Nesta época, foram criadas Comissões em Alegrete, Campo Bom, Caxias do Sul, Cruz Alta, Novo Hamburgo, Pelotas, Santa Maria e Santiago.

Em 8 de dezembro de 1984, ocorreu o 1º Encontro Estadual de Comissões de Direitos Humanos de Poderes Legislativos. Foram debatidas as experiências e as formas de atuação conjunta. Foi destacada a necessidade de incentivar a organização da sociedade.

Luta pela moradia

Em 31 de março de 1983, em reunião presidida pelo deputado José Ivo Sartori, foi criada a Associação Gaúcha dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (Asgam).

¹⁶ Idem 07

¹⁷ Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Segurança Social. Revogação da Lei de Segurança Nacional Uma exigência de Nação. Assembleia Legislativa, Porto Alegre.



Saúde e meio ambiente

Em 1982, cerca de 23 entidades gaúchas, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, na gestão do deputado Antenor Ferrari, preocupadas com a contaminação das águas por organoclorados propuseram um projeto de lei que foi aprovado por unanimidade, mas vetado pelo governador Amaral de Souza. Em 1983, o veto acabou sendo derrubado na Assembléia Legislativa, sendo criada a Lei nº 7.747.

A Comissão continuou a tratar da defesa do meio ambiente. Foi elaborado um estudo sobre a contaminação de alimentos, especialmente o leite, encaminhado à Secretaria da Saúde e Meio Ambiente. Foi debatido o projeto de lei que regulamentava o transporte de cargas tóxicas no Rio Grande do Sul.

Luta pelo solo urbano

Moradores de Sapucaia do Sul, ameaçados de despejo por causa das obras do Trensurb, recorreram à Comissão de Direitos Humanos em maio de 1984. Após várias reuniões e visita ao local, foi obtida uma solução satisfatória para o caso. Os moradores foram transferidos para uma área dotada de saneamento, transporte e com razoáveis condições de habitabilidade.

Luta pela terra

A Comissão de Direitos Humanos sempre esteve comprometida com o “respaldo” à luta pela terra. Em especial, com os “afogados” do Passo Real – agricultores expulsos de suas terras pela construção da barragem –, e os acampados da Fazenda Annoni. A Comissão de Direitos Humanos participou da coordenação do ato de criação do Comitê Gaúcho pela Reforma Agrária, com a presença de uma centena de entidades.

Com relação às populações indígenas do estado, participou da mediação dos conflitos existentes em diversas áreas do Estado, em conjunto com as populações atingidas, e com a Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) e a Fundação Nacional de Apoio ao Índio (Funai).

Movimentos de trabalhadores

No Relatório de 1983-1984, a Comissão de Direitos Humanos critica a falta de condições no atendimento à saúde pública, ao ensino e à cultura. Como consequência, aponta o crescimento dos movimentos populares e dos trabalhadores¹⁸.

A Comissão de Direitos Humanos acompanhou o Comitê de Luta contra o Desemprego. Apoiou a constituição da Associação dos Contribuintes da Previdência Privada, participando da defesa dos direitos e interesses dos contribuintes e pensionistas de Montepios e entidades afins. Com relação à previdência social, atuou contra a cobrança de taxas extras por médicos e hospitais e pela reformulação da política de Previdência e Assistência Social.

A Comissão de Direitos Humanos também apoiou às lutas da comunidade negra. Acompanhamento denúncias e mobilizações.

¹⁸ Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Segurança Social. Relatório de Atividades 1983/1984. Assembléia Legislativa, Porto Alegre, s.d. p. 07.

Solidariedade internacional

Na gestão dos deputado Sartori, a Comissão de Direitos Humanos manteve estreita relação com a Anistia Internacional.

Com relação ao país vizinho, o Uruguai, a Comissão participou da criação do Comitê pela libertação do Matemático José Luiz Massera, preso político no Uruguai, libertado em 1984. Deputados da Comissão de Direitos Humanos visitaram o Uruguai, em comemoração a anistia política, para saudar a libertação de Lilian Celiberti e Universindo Dias. Apoiando também, os cidadãos uruguaios que organizaram caravanas para participar das eleições presidenciais em seu país.

A Comissão recebeu um grupo de Mães da Praça de Maio, da Argentina, que lutavam pela localização e responsabilização do Estado pelo desaparecimento de seus filhos e netos, militantes de esquerda, seqüestrados e mortos pela ditadura militar Argentina.

Participação na criação do Comitê de Apoio aos Povos da América Central. Promovendo várias atividades e atos públicos, participando na campanha de Coleta de Medicamentos para os nicaraguenses.

A Comissão de Direitos Humanos e as Edições Paulinas, realizaram um Ato Público por uma África do Sul Livre.

A Comissão participou do ato de condenação à agressão americana ao povo do Líbano, com entrega de abaixo-assinado, firmado por mais de 50 entidades, ao Consulado dos Estados Unidos da América.

Apoio às organizações de solidariedade ao povo palestino e à realização do Congresso Sanaud, realizado em Porto Alegre, em 1986.

Movimento estudantil e de jovens

A Comissão de Direitos Humanos acompanhou a luta do movimento estudantil pela manutenção da meia-entrada nos cinemas, pela preservação das casas de estudantes, pelo respeito à participação política dos estudantes e pela merenda escolar. Apoiou também, o Comitê gaúcho do Ano Internacional da Juventude.

Por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, a Assembléia Legislativa aprovou, por unanimidade, projeto de lei que instituiu o dia para ser dedicado à divulgação da Declaração dos Direitos do Homem, em todos os estabelecimentos de ensino do Estado, no segundo semestre.

Na realização do I Encontro Estadual de Pais de Excepcionais a Comissão de Direitos Humanos apoiou a atividade.

Defesa do consumidor

A Comissão de Direitos Humanos realizou o 1º Encontro Gaúcho de Defesa do Consumidor, no Plenarinho da Assembléia Legislativa. Entre 11, 12 e 13 de setembro de 1986, participou da realização do VII Encontro Nacional de Defesa do Consumidor, em Porto Alegre, promovido pelo Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, Associação de Proteção ao Consumidor (APC), Programa Estadual de Proteção da População e Defesa do Consumidor (Prodecon) e participação de organizações de defesa do consumidor de vários estados brasileiros.

A publicação do ABC do Consumidor teve como objetivo "divulgar a idéia da defesa do consumidor e a criação de novas associações voltadas para esse objetivo"¹⁹. Com orientações sobre economia doméstica, pesquisa de

¹⁹ Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Segurança Social. ABC do Consumidor – Assembléia Legislativa, Porto Alegre, s.d. p. 05.



preços, substituições de alimentos, embalagens, rótulos, prazos de validade, datas de fabricação, locação de imóveis, montepios e a lista de entidades de defesa do consumidor no Rio Grande do Sul.

Na época do plano Cruzado, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos publicou o Guia de Defesa do Consumidor. Na apresentação, o deputado afirma que "em apenas um ano, a Nova República já realizou um grande número de mudanças no terreno institucional, com a convocação da Constituinte, eleições diretas para prefeitos e fim das áreas de segurança e agora promove a maior mudança econômica que o país tem notícia, desde seu descobrimento"².

Segue o deputado na defesa do governo do PMDB, “milhões e milhões de brasileiros, de norte a sul do país, recuperaram sua confiança e assumiram sua verdadeira campanha nacional contra a inflação, a Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor, oferece esta contribuição”²¹. A cartilha contém as medidas tomadas pelo Governo Federal e a tabela de preços dos gêneros alimentícios, remédios e refrigerantes.

Sala Teotônio Vilela

Na gestão do deputado Ivo Sartori, esteve no Rio Grande do Sul o senador Teotônio Vilela. Para homenagear o guerreiro lutador pelos Direitos Humanos, a sala da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa foi designada como Teotônio Vilela. Na ocasião do falecimento do senador, a Comissão lhe prestou uma homenagem póstuma, com a presença dos senadores Fernando Henrique Cardoso e Pedro Simon, entre outras lideranças políticas e dirigentes de entidades.

Gestão do deputado Mário Madureira – (1987 - 1990)²²

O deputado Mario Madureira assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos em um mandato constituinte. Neste mesmo processo eleitoral, assumiu o governo do Estado o senador da República Pedro Simon, também do PMDB. Foi o primeiro governador de oposição, pós ditadura militar, no Rio Grande do Sul. Pela primeira vez, a presidência da Comissão de Direitos Humanos e o Governo do Estado estavam com o mesmo partido.

Formaram a Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor os seguintes deputados Mário Madureira, presidente, Bráulio Marques (PMDB), Francisco Turra (PSD), José Fortunati (PT), Tufy Salomão (PFL) e Valdomiro Lima (PDT).

Instrumento na luta por direitos

Segundo o deputado Mario Madureira em 1988, "a Comissão de Direitos Humanos consolidou-se como importante instrumento e referência do cidadão na luta por seus direitos e interesses. Contam-se as centenas de pessoas que, a cada mês, nos procuram para encaminhar, individual ou coletivamente, suas reivindicações"²³.

²⁰ Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Segurança Social, ABC do consumidor, Defenda seu bolso com Cartilha de Mudança. Assembléia Legislativa, Porto Alegre, 1986, p. 03.

²¹ Idem 10.

²² Deputado estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O deputado define a prioridade da Comissão para “as iniciativas que tenham por objetivo conscientizar e organizar o cidadão em defesa coletiva de seus direitos. A nova Constituição ampliou significativamente os instrumentos de defesa do cidadão. O trabalho de esclarecimento, para que cada um saiba defender melhor os seus direitos, é uma tarefa transformadora e inadiável” ²⁴.

Características da gestão

No decorrer da sua gestão, o deputado Mário Madureira deu destaque aos problemas de meio ambiente, luta por moradia e defesa do consumidor. Foi o período de elaboração da Constituinte Estadual e o presidente da Comissão de Direitos Humanos teve várias iniciativas aprovadas.

Luta pela defesa do meio ambiente

Foi realizado o 1º Encontro pelo Controle dos Agrotóxicos e Substâncias Tóxicas, promoção do Fórum Habitacional Permanente. A Comissão de Direitos Humanos e a Secretaria Estadual da Saúde e Meio Ambiente participavam da secretaria executiva do Fórum. A iniciativa era assim definida: “visa defender os direitos do cidadão consumidor por melhor qualidade de vida, além de assegurar o consumo de alimentos saudáveis e a preservação do meio ambiente, criado para contribuir na elaboração das Constituições Estaduais e legislação ordinária federal e dos Estados” ²⁵.

Defesa dos direitos do consumidor

O deputado Mário Madureira participou da elaboração do Código Nacional de Defesa do Consumidor. No Estado, “reuniu com entidades ligadas à defesa do consumidor como Prodecon, Delegacia do Consumidor (Decon), Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), Associação das Donas de Casa, Unidade de Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico (Dieese), e outras, para desenvolver uma ação conjunta de proteção ao consumidor, não só visando coibir os constantes aumentos dos preços das mercadorias, que vêm ocorrendo depois da divulgação do Pacto Social, mas também quanto a qualidade dos alimentos, seu prazo de validade, embalagens adequadas, peso e dosagens de aditivos e conservantes” ²⁶.

A Comissão de Direitos Humanos coordenou, em conjunto com entidades estudantis, diversas reuniões para a alteração do decreto-lei que concedeu “liberdade vigiada” para o reajuste das mensalidades escolares.

Segundo o presidente da Comissão de Direitos Humanos, em 1989 as blitz foram um dos pontos altos do trabalho da Comissão. Eram realizadas em conjunto com o Inmetro, Decon, Cidadania, Divisão de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde, Sunab, Federação de Mulheres Gaúchas, Ministério Público, Juizado de Pequenas Causas, Prodecon, APC e diversas entidades de defesa do consumidor do Estado, preocupadas com a qualidade, peso e condições das mercadorias”.

²⁴ Idem 100.

²⁵ Idem 100.



Luta pela moradia

A luta pela moradia teve importante destaque na gestão do deputado Mário Madureira na presidência da Comissão de Direitos Humanos. O Rio Grande do Sul possuía 20 mil ocupantes de conjuntos habitacionais, Fernando Ferraz, Granja Esperança, Guajuviras, Jardim Leopoldina II, Jardim Lindóia, Morada do Vale, Parque dos Maias, Umbu e Rubem Berta II. Somente no Conjunto Residencial Guajuviras eram 30 mil. Estes imóveis estavam inacabados e foram ocupados.

Nas ocupações de conjuntos habitacionais, a Comissão de Direitos Humanos, forneceu apoio político e assessoria na elaboração de contratos para a aquisição dos imóveis no Conjunto Residencial Guajuviras, de Canoas, e no Conjunto Habitacional Rubem Berta II, em Porto Alegre.

O chamado Projeto Participação contou com cerca de 100 entidades de moradores que, ao longo de 1988, “discutiram os problemas, as necessidades e a organização das comunidades (...) na discussão e definição de propostas para a Constituição Estadual e de programas de ação para os governos e os vereadores eleitos em novembro”²⁷.

Também em 1988, a Comissão de Direitos Humanos participou da elaboração de uma Carta conclamando os deputados estaduais constituintes, prefeitos e vereadores a comprometerem-se com as propostas para enfrentar as questões habitacionais²⁸.

A Comissão de Direitos Humanos participou da mobilização contra a lei que restabeleceu a denúncia vazia. Foi organizado um abaixo-assinado que contou com mais de 60 mil assinaturas²⁹.

CPI da Cohab

Em junho de 1987, foi instalada uma CPI, para apurar irregularidades na construção de habitações populares pela Companhia Rio-Grandense de Habitação (Cohab), presidida pelo deputado Mário Madureira. O relatório recomendou a responsabilização judicial de ex-dirigentes da Cohab e de empresas construtoras privadas, pela utilização de materiais de má qualidade na construção de casas populares, obras não concluídas e já pagas, além de omissão na fiscalização.

Direitos Humanos nas escolas

No aniversário de 40 anos de Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas, a Assembléia Legislativa aprovou, por unanimidade, o projeto de lei do deputado Mário Madureira, que inclui a disciplina de Direitos Humanos na formação de policiais civis, militares e servidores penitenciários. Lei n.º 334/80.

Em 8 de setembro de 1988, o governador Pedro Simon assinou um protocolo incluindo a disciplina de Direitos Humanos nas escolas públicas. O acordo foi firmado entre o Executivo, a Comissão de Direitos Humanos e Seção Brasileira da Anistia Internacional.

²⁷ Idem 05.

²⁸ Idem p 08.

²⁹ Idem.

Atuação na Constituinte

No processo da Constituinte Estadual, a Comissão de Direitos Humanos recebeu contribuições dos cidadãos, em atendimentos de plantão.

No início de 1989, o deputado Mário Madureira apresentou 14 emendas tratando de Direitos Humanos na Constituinte Estadual. Entre elas, a criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e a instituição do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.

Com relação a proteção de crianças e adolescentes "incumbiu o Estado de assegurar à criança e ao adolescente, o direito de ser acompanhado por defensor público em todas as fases do procedimento de atribuição de ato infracional, inclusive durante inquérito policial. Obrigou a aplicação de percentual mínimo de recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil, obrigou a criação de programas para crianças e adolescentes portadores de deficiência, determinou a execução de programas de assistência à criança e ao adolescente no ambiente familiar e comunitário, determinou a criação de incentivos às pessoas físicas e jurídicas que participarem de programas de atendimento à criança e ao adolescente"³⁰.

Com relação as populações indígenas, determinou o ensino intercultural e bilingüe nas comunidades indígenas. Sobre a política penitenciária e a segurança pública, o deputado aprovou o "estabelecimento de uma política penitenciária que vise a reeducação, reintegração social e ressocialização dos presos, através da educação e do trabalho formativo, socialmente útil e remunerado e do cumprimento da pena em estabelecimentos próximos à comunidade de origem do detento". Designou competência para a Brigada Militar fazer a guarda externa de presídios³¹.

Segundo o próprio deputado³², "Entre as inúmeras entidades representativas que colaboraram e foram representadas por Mário Madureira na Constituinte, pode-se destacar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), a Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai), Associação Gaúcha de Proteção Ambiental (Agapan), Ação Democrática Feminina Gaúcha – Amigos da Terra (ADFG), OAB e Cidadania".

Violência e abuso de autoridade

Casos de violência e abuso de autoridade como o ocorrido nas Lojas Americanas, mobilizaram a opinião pública e tiveram repercussão na Comissão de Direitos Humanos. Em 1989, o aposentado Manuel Marins do Nascimento, 80 anos, negro, foi acusado de roubo pelos seguranças das Lojas Americanas e humilhado no interior da loja. Os consumidores reagiram e quase ocorreu um quebra-quebra.

Recebeu denúncia de tortura dos trabalhadores rurais sem-terra, por parte de agentes da Brigada Militar (1989).

Publicações

Em 1989, publicação da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

³⁰ Idem p. 07.

³¹ MADUREIRA, Mário. Prestando Contas, Porto Alegre, Assembléia Legislativa, dezembro de 1989.

³² Idem.



Publicação da Cartilha do Consumidor elaborada pela Cidadania, Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão, com o objetivo de divulgar a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código do Consumidor e os serviços de defesa de direitos existentes no Rio Grande do Sul.

Publicação do Guia Prático do Consumidor, com 130.000 exemplares. Com dicas sobre medicamentos, contratos, alimentos, serviços de manutenção e aluguel. No final, são indicados os órgãos públicos e entidades não governamentais para defesa do consumidor.

Visitas à Comissão

Em setembro de 1988, a Comissão de Direitos Humanos recebeu a visita do cacique ticuna Pedro Inácio, em Ato Público que denunciou os ataques por parte de fazendeiros do alto Solimões aos índios ticuna.

Parlamentares franceses visitaram a Comissão de Direitos Humanos para intercâmbio nas áreas de proteção ambiental, saúde, organização e participação comunitária.

Em outubro de 1989, a Comissão de Direitos Humanos recebeu uma comissão de parentes de militares envolvidos na rebelião do Quartel de La Tablada, na Argentina, ocorrido em janeiro de 1989. Os familiares apresentaram denúncias de torturas, execuções e maus tratos por parte do governo argentino aos prisioneiros políticos. Os presos pertenciam ao Movimento Todos por La Pátria (MTB) e participaram de um ataque contragolpista a militares que pretendiam tomar o poder em 23 de janeiro.

Enquanto os golpistas permaneceram livres, os membros do MTP estavam presos, muitos condenados a prisão perpétua, e sofrendo hostilidades. A Comissão de Direitos Humanos entrevistou junto às autoridades argentinas solicitando tratamento igualitário e de acordo com a Declaração dos Direitos do Homem.

Mulheres e cidadania

Por iniciativa do deputado Mário Madureira, a Assembléia Legislativa instituiu o Ano Estadual da Mulher. Foi lançada a campanha "Igualdade, Cidadania e Paz".

Em 1989, foi estabelecido o ano estadual da cidadania, com campanha estadual pelos direitos do cidadão.

Gestão do deputado Antônio Marangon – (1991-1992)³³

"No regime militar, eles faziam tudo às claras. Hoje há pessoas perdendo seus direitos, sendo mortas e perseguidas e, aparentemente não se acha culpado. É um modelo econômico e ideológico muito massacrante. Milhões de pessoas na marginalidade, sem emprego, sem escola e sem saúde. O combate hoje é mais sofisticado. Não há aquela brutalidade verificada no regime militar, mas tem uma violência não menos brutal, quase anônima. Experimentamos, então, uma espécie de impotência. Razão pela qual, acho que a CCDH tem uma tarefa importante que é a de mostrar para a sociedade o desrespeito aos Direitos Humanos e apontar soluções que se contraponham à barbárie. Me parece que as pessoas estão se acostumando com tamanha violência. Nunca nos acostumamos com a violência da ditadura militar e hoje se criou um manto que cobre tudo isto. E as pessoas passam a achar normal

³³ Deputado estadual do Partido dos Trabalhadores (PT).

este mundo cão, que engole o outro. Esta ideologia tem que ser denunciada. Não se pode praticar Direitos Humanos sem fazer o enfrentamento a o modelo econômico que vai matando as pessoas, vai acabando com a esperança dos cidadãos. O jovem olha para esta sociedade que está aí e pensa - o que eu vou fazer?".

A marca PT

O Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a Presidência da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos em 1991. O primeiro presidente petista foi o professor de filosofia, Antônio Marangon, natural de Rodeio Bonito, participou de movimentos de cooperativas e foi eleito pelo movimento de trabalhadores rurais sem-terra (MST).

No seu mandato na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, o deputado deu ênfase no apoio aos trabalhadores rurais, em especial a libertação dos agricultores presos por suspeita de envolvimento na morte do soldado Valdecir Lopes dos Santos, ocorrido em 08 de agosto de 1990. Na ocasião, os sem-terra realizavam uma manifestação na Praça da Matriz, em frente ao Palácio do Governo, durante a campanha eleitoral. A Brigada Militar promoveu uma investida contra a manifestação. Do conflito resultou um soldado morto, uma agricultora baleada e vários feridos.

Luta por moradia

Em 1991, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos pautou temas ligados a moradia popular como as ocupações de conjuntos habitacionais, buscando a intermediação entre as partes envolvidas. Os ferroviários da RFFSA também enfrentaram ameaças de despejo das casas localizadas próximas às ferrovias.

Trabalho escravo

A comissão teve papel destacado na denúncia de trabalho escravo no estado. Um grupo de ex-funcionários da empreiteira multinacional Hochtief, que construiu o Shopping Center Praia de Belas, denunciou o aliciamento de trabalhadores, tortura e demissões irregulares, além de problemas de saúde e de segurança dos trabalhadores.

Outra denúncia de trabalho escravo foi feita contra empreiteiras de corte de acácia negra a Tanac, em Encruzilhada do Sul. Ela foi responsabilizada por irregularidades trabalhistas e violação de Direitos Humanos. A empresa Tanagro, também foi denunciada por manter trabalhadores nestas circunstâncias. A comissão de Cidadania e Direitos Humanos esteve nos municípios de Encruzilhada do Sul e General Câmara para apurar os fatos. O Ministério Público assumiu a denúncia e responsabilizou as empresas.

Populações indígenas

Em 1991 e 1992, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos recebeu inúmeras denúncias de irregularidades em reservas indígenas, principalmente em Guarita, Irai, Nonoai e Votouro. As denúncias envolviam a venda ilegal de madeira, lavouras não autorizadas, arrendamento das terras, falta de assistência à saúde e ao saneamento. Foram realizadas várias reuniões e audiências públicas, visitas aos municípios de Nonoai e Irai e articulação permanen-



te com a Procuradoria da República, Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) e entidades de defesa dos direitos das populações indígenas. A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos também colaborou com a gravação de um vídeo sobre estas comunidades.

Movimento negro

Em 1991, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos acompanhou o Fórum de Entidades Negras do Rio Grande do Sul, participando, com os representantes do movimento, em audiência com o Governador do Estado.

Direitos dos estudantes secundaristas

Durante o governo do advogado Alceu Collares, a primeira-dama, Neuza Canabarro, era Secretária da Educação e desenvolveu uma política extremamente repressiva nas escolas públicas. Seu projeto de “Calendário Rotativo”, alternando os dias letivos e as férias, acarretou muitas manifestações contrárias, tanto de professores, quanto de alunos.

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, durante todo ao governo Collares recebeu diversas denúncias de abusos por parte das direções das Escolas. Anteriormente, as direções eram eleitas, na gestão da professora Neuza, passaram a ser nomeadas. Os conflitos mais significativos aconteceram em duas escolas tradicionais do Rio Grande do Sul, o Colégio Júlio de Castilhos e a Escola Técnica Parobé.

Seminário contra a pena de morte

Em função da proposta de Emenda Constitucional instituindo a Pena Capital para crimes hediondos do deputado federal Amaral Neto, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos promoveu um Seminário contra a Pena de Morte, de 27 à 29 de setembro de 1991, que contou com a participação de cerca de 130 pessoas. Na ocasião, foi lançado um Manifesto pela Vida, Contra a Pena de Morte com um abaixo-assinado. No mesmo ano, foi publicada uma separata com os conteúdos das palestras agrupados por temas.

Visitas internacionais

Em abril de 1992, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos recebeu a visita de representantes da Community for the Practice of non Violence, entidade não governamental norte-americana, em reunião com participantes dos movimentos populares e sindicais para troca de experiências.

CPI da violência contra a mulher

Em 24 de agosto de 1992, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos sediou a Diligência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal que investigou a Violência contra a Mulher no Brasil, sob a res-

ponsabilidade do Deputado Federal José Fortunati. Foram prestados vários depoimentos de trabalhadoras urbanas e rurais sobre a violência no local de trabalho.

Trabalhadores rurais sem-terra

Um grupo de deputados da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos visitou Postos Agropecuários Federais de Sarandi e Não-Me-Toque, ocupados pelos trabalhadores rurais sem-terra. A Comissão encaminhou denúncia à CPI do Desperdício do Dinheiro Público da Assembléia Legislativa, sobre a situação de abandono que estes Postos se encontravam.

Em função deste apoio, vereadores, sindicalistas e religiosos foram indiciados pela Polícia Federal por “apologia a fato criminoso”. A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos denunciou este fato ao Ministério da Justiça pelo abuso de autoridade.

Em 20 de agosto de 1992, realizou-se a IV Sessão do Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio, na Assembléia Legislativa. Foi encaminhada uma petição de solidariedade aos colonos julgados e absolvidos da acusação de participação na morte do soldado Valdeci Lopes dos Santos, mas condenados porque “de qualquer forma” contribuíram para a trágica morte. Em 23 de setembro de 1992, foram entregues mais de três mil petições, em Ato Público em frente ao Tribunal de Justiça do RS.

Direitos de crianças e adolescentes

Em 1992, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, participou de 22 reuniões com entidades de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes para tratar da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Rio Grande do Sul.

Direitos dos presos

Cotidianamente, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos recebia correspondências dos presos e visitas de familiares solicitando melhorias nas condições de vida nos cárceres do Estado. Estes pedidos eram encaminhados para a Assistência Judiciária Gratuita ou para Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe).

Abuso de autoridade

As denúncias de abusos por parte de policiais civis e militares, foram constantes em 1992. A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos acompanhou as denúncias solicitando informações, acompanhado inquéritos policiais e fazendo encaminhamentos para as Corregedorias.



Divulgação de Direitos

Em janeiro de 1992, foi a publicação a 1ª edição do “Guia do Cidadão”, material de divulgação dos direitos individuais e coletivos conquistados na Constituição Federal (1988) e Estadual (1989). O Guia trata de forma popular e acessível de direitos humano e de cidadania. São apresentados os órgãos públicos responsáveis por fazer valer a legislação, os endereços destes e das entidades de defesa de direitos.

A primeira edição foi de cinco mil exemplares. A Segunda, revisada e ampliada, de 10 mil exemplares, incluiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948. Em agosto de 1994, mais uma reimpressão de 15 mil exemplares, totalizando 30 mil exemplares distribuídos em escola, associações comunitárias, sindicatos no Rio Grande do Sul. Esta publicação serviu de modelo para publicações em outros estados do Brasil.

Ato Público lembrando a Vala de Perus

Em 4 de setembro de 1991, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos realizou um Ato Público lembrando um ano da abertura da vala clandestina do Cemitério de Perus, em São Paulo. Neste cemitério, foram localizadas ossadas de presos políticos desaparecidos e sepultados com indigentes pela ditadura militar.

Como resolução do encontro, as entidades de defesa dos Direitos Humanos pressionaram o governo do Estado para abrir os arquivos dos órgãos de repressão da ditadura militar do Rio Grande do Sul, como estava ocorrendo no Paraná e em Pernambuco. O governador Alceu Collares prometeu apoio à iniciativa. No dia seguinte, uma comissão de deputados foi ao Centro Administrativo, onde funcionava a Supervisão Central de Informações (SCI), vinculada a Secretaria de Segurança Pública extinta pelo governo Collares em 1991.

Espionagem política no Rio Grande do Sul

Nesta visita, foram consultados fichários e encontrados relatórios de atividades políticas. Na SCI foram localizados 2.065 documentos com conteúdo de espionagem política, 1.650 produzidos pela SCI e 415 com origem na PM2 - órgão de informação interna da Brigada Militar. Foram localizados documentos produzidos pelo E-2 serviço de informação do Exército. Em 11 de setembro, o assunto entrou na pauta da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

A Constituição Estadual promulgada em 3 de outubro de 1989, no Art. 125, Parágrafo Único, definiu que “o Estado só poderá operar serviços de informações que se refiram exclusivamente ao que a lei defina com delinquência”. Os documentos localizados pelos deputados eram relatórios de atividades políticas, sociais e partidárias. Os documentos referiam-se a atividades realizadas entre 1989 e 1991.

A espionagem política da Supervisão Central de Informações atingia movimentos sociais, sindicais e partidos políticos PC do B, PT e PDT, - partido do governador do Estado - Movimento de Luta pela Moradia, Movimento Estudantil, Movimento Sindical, Movimento de Mulheres, atividades de Parlamentares e acadêmicas.

Com estas informações, os deputados visitaram o quartel da Brigada Militar, no centro de Porto Alegre, para verificar os arquivos da PM2. Foram selecionados 47 documentos de espionagem política realizados depois da promulgação da Constituição Estadual.

CPI da Espionagem Política

A CPI identificou a infiltração de um policial militar na Metalúrgica Eberle, em Caxias do Sul, entre 1991 e 1992. A CPI localizou um “Manual de Aprendizagem de Informações da PM do RS” entre os procedimentos a ser adotados o servidor deve “conhecer e acompanhar a evolução da conjuntura, na respectiva área de responsabilidade, nos campos políticos (movimentos políticos, subversão e organizações revolucionárias), psicossocial (movimento clerical, movimento trabalhista, opinião pública e divulgação, educação e cultura, movimento estudantil, administração pública, previdência social) econômico (indústria, comércio, vias de transporte e recursos naturais)”.

Era objetivo da CPI localizar os arquivos do extinto Departamento de Ordem e Política Social (Dops). Oficialmente, em fevereiro de 1982, o então governador do Estado, Amaral de Souza, determinou a queima dos documentos daquele órgão. Na época, dois carros do Exército transportam os documentos até uma olaria da Brigada Militar no município de Alvorada (p. 20), ninguém de fora do governo pôde certificar os documentos incinerados. No entanto, o Departamento de Informática da Polícia (Dinp) possui quatro mil filmes com microfilmagens de aproximadamente 8,4 milhões de documentos que pertenceram ao Dops. A CPI também apurou o registro de todas as pessoas processadas pelo regime militar.

Em 1995, um dirigente do PPS e a ex-secretária municipal de Saúde ao solicitarem a segunda via da Carteira de Identidade verificaram que no registro do Instituto de Identificação constatava positivo para identificação criminal. O fato foi denunciado e o Secretário de Justiça comprometeu-se publicamente a apurar o fato.

Gestão do deputado Marcos Rolim – (1993-1995)³⁴

“Ao longo destes 20 anos, a CCDH cumpriu um papel importante no enfrentamento à ditadura e na luta contra à violência, à discriminação e à exclusão social. Se constituiu num espaço que alargamos ao longo desse último período, incorporando a demanda de setores que jamais haviam sido objeto do discurso político tradicional. Até o final da ditadura, o tema da conquista das liberdades políticas esteve, de alguma forma, no centro das nossas preocupações. De lá para cá, o agravamento da crise social fez com que os chamados direitos de segunda geração - econômicos, sociais e culturais, ganhassem uma importância maior em nossa agenda. Trabalhamos atualmente, com uma perspectiva muito mais ampla em torno dos Direitos Humanos. Percebemos que eles são indivisíveis e complementares. Temas como o da segurança pública, dos direitos das minorias e da luta contra a violência foram valorizados.

Avançamos muito no que diz respeito à ordem constitucional, na afirmação das garantias fundamentais. Elaboramos legislações bastante avançadas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, e formamos redes de proteção para os setores fragilizados. O Estado tornou-se mais permeável às demandas populares com a instituição de Conselhos em várias áreas. A opinião pública tornou-se mais suscetível aos questionamentos oferecidos pela idéia dos Direitos Humanos, o que representa um espaço estratégico para outras mudanças que virão. Nossas limitações mais graves são aquelas produzidas pelas políticas neoliberais de ajuste fiscal, que vêm reduzindo verbas para as áreas sociais, e, por outro lado, aquelas produzidas por uma tradição cultural marcada pelos preconceitos, pela intolerância e pela discriminação”.

O deputado Marcos Rolim (PT) assumiu a presidência da Comissão em 1993. Desde 1991, era membro da CCDH. O jornalista Marcos Rolim nasceu em Santa Maria. Foi dirigente do Movimento Estudantil na reconstrução

³⁴ Deputado estadual do Partido dos Trabalhadores (PT).



da União Nacional de Estudantes (UNE) e União Estadual de Estudantes (UEE). Presidiu o Diretório Central de Estudantes de Santa Maria e a UEE. Foi eleito vereador em Santa Maria pelo MDB e presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal.

No primeiro mandato como deputado estadual, Marcos Rolim apresentou dois projetos relacionados aos Direitos Humanos. O primeiro, propondo o fim dos manicômios, foi objeto de intensos debates no Rio Grande do Sul, principalmente entre os profissionais da área e entre os que padecem de sofrimento psíquico. O outro trata do Programa de Proteção às Testemunhas. Ambos foram aprovados pela Assembléia Legislativa.

Denúncias de violação de Direitos Humanos

Em 1993, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos atendeu 1.119 consultas e denúncias de violação de direitos, através de visitas e telefonemas. Recebeu 525 correspondências em 11 meses. Nesse ano, expediu 7.790 ofícios.

Em 1994, de janeiro a outubro, recebeu 1.224 solicitações de informações e denúncias. Recebeu 638 correspondências e expediu 12.090 ofícios.

De um modo em geral, as denúncias foram encaminhadas para os Conselhos Tutelares, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacia Regional do Trabalho, Delegacias de Polícia, Instituto Médico Legal, Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos dos Idoso. De acordo com a gravidade da denúncia, envia ofícios da Presidência da Comissão, formula pedidos de informação, para providências dos órgãos responsáveis ou realiza Audiências Públicas, convidando os envolvidos nos conflitos.

Direitos das mulheres

Em 24 de março, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos realizou Audiência Pública sobre a Violência contra a Mulher, em homenagem ao 8 de março, Dia Internacional das Mulheres. No decorrer de 1993, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos recebeu diversas denúncias de violência contra as mulheres: estupro, maus tratos físicos e sexuais, assédio sexual e homicídios.

Como forma de prevenção da violência e esclarecimentos dos Direitos das Mulheres foi realizado o "Curso Direitos das Mulheres como Direitos Humanos", em parceria com a organização não-governamental, Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero e Cladem – Comitê Latino-americano de Defesa dos Direitos da Mulher. Foram três turmas de cerca de 30 participantes, duas em Porto Alegre e uma em Santa Maria.

Solidária à luta das mulheres por igualdade de oportunidade e respeito às diferenças, a CCDH esteve representada na 4ª Conferência sobre a Mulher, realizada em agosto e setembro de 1995, em Beijing, no mesmo ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) completou 50 anos. As deputadas Maria Augusta Feldman (PSB), Jussara Cony (PCdoB), Maria do Carmo (PPB) e a advogada Betânia Alfonsin se somaram à delegação de 300 brasileiras.

A capital da China atraiu 47 mil pessoas de 185 países, que fizeram um balanço da situação da mulher entre 1985 e 1995. Paralelamente, mais de 5 mil representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) reuniram-se no Fórum de ONGs. Este foi o maior encontro promovido pela ONU e o maior evento internacional realizado na China.

A declaração da IV Conferência unificou ações e marchas pela igualdade de direitos e decidiu aplicar a plataforma de ação, que determina políticas e programas internacionais sobre a perspectiva do gênero.

Direitos dos trabalhadores

Nova denúncia de trabalho escravo chegou à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Desta vez, envolvendo trabalhadores da Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões, em regime terceirizado. O assunto esteve em pauta em Audiência Pública.

Problemas relacionados à saúde do trabalhador mobilizaram a sociedade. A ameaça de desativação do Centro de Reabilitação Profissional do INSS aglutinou usuários, familiares e trabalhadores. O Centro recuperava trabalhadores com mutilações permanentes.

A CCDH sempre esteve empenhada em defender e resguardar os direitos básicos dos trabalhadores. Casos de trabalho semi-escravo têm se tornado comuns no Rio Grande do Sul. O desrespeito à legislação trabalhista ocorre em todos os setores. Perseguição política e constrangimentos nas unidades produtivas infelizmente são corriqueiros. A CCDH atendeu em 1997 casos de perseguição a trabalhadores, como o do vereador que denunciou trabalho escravo sofrido por brasileiro no Uruguai, demissão de estáveis, violação dos direitos dos trabalhadores por Fundação Educacional, punição a líder sindical por praticar atividade política e agressão a vigilante que discorreu de escala de trabalho, entre outros.

Saúde mental

Em abril de 1993, em conjunto com outras entidades, promoveu, o Seminário "São Pedro Cidadão: Assembleia Instituinte", sobre o reordenamento do Hospital, frente a nova legislação sobre tratamento de pacientes com sofrimento psíquico.

Foram realizadas visitas a clínicas, hospitais psiquiátricos e estabelecimento penais para portadores de sofrimento psíquico. A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos acompanhou, junto com o Ministério Público – Coordenadoria das Promotorias Cíveis – denúncias de cerceamento de liberdade e maus tratos a internos em estabelecimentos de saúde para os que sofrem de problemas psíquicos.

Violência policial

Na maior parte das vezes, as denúncias de violência contra cidadãos foram praticadas por servidores da Brigada Militar (BM). Treinamentos humilhantes e falta de reconhecimento de direitos trabalhistas e de cidadania também foram denunciados como prática da BM.

Em cinco de maio de 1993, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos realizou Audiência Pública, na Escola Estadual de 1º Grau José do Patrocínio, no bairro Restinga de Porto Alegre, devido as constantes denúncias de abuso de autoridade por parte de policiais militares no bairro. Participaram cerca de 300 moradores, autoridades do Ministério Público e vereadores.

Em Santa Rosa, um cabo da BM foi violentamente espancado por denunciar irregularidades por parte dos oficiais. As denúncias foram enviadas ao Ministério Público.

Em 17 de março de 1995, "justiceiros" encapuzados invadiram o Presídio Municipal de Uruguaiana e executaram com 12 tiros o apenado E.S., de 25 anos, acusado da morte de um policial militar. Além do assassinato do policial militar, da execução de E.S., de incêndios criminosos de duas casas de familiares, o operário L.L. foi ferido a



golpes de bastão e tiros e H.S., irmão de E.S. foi ameaçado de morte. O operário F.G. foi executado por engano pelos encapuzados. O então deputado Caio Riela (PTB), titular da CCDH e natural de Uruguaiana, acompanhou o caso, que também recebeu a atenção da América's Watch no Brasil. Em auditoria, a Justiça Militar de Santa Maria denunciou 69 policiais militares.

Entre 1983 e 1995, 62 policiais civis foram mortos. Neste mesmo período, 51 policiais militares morreram em serviço. Segundo levantamento do então deputado José Gomes (PT), 76,4% destas mortes são de soldados, 13,7% de cabos, 7,7% de sargentos e 1,9% de oficiais. Em 13 anos, 48 PMs se suicidaram.

O "Relatório Azul" 97 selecionou 27 casos típicos de violência policial que foram atendidos pela CCDH. Neste período, a Comissão acompanhou 179 casos envolvendo denúncias de violência policial ou abuso de autoridade praticados por policiais. Deste total, 104 referem-se a policiais militares e 75 a policiais civis. Grande parte dos casos não teve qualquer resposta conclusiva, o que pode sugerir tanto uma atitude corporativa de encobrimento dos policiais transgressores, quanto uma incapacidade proposital ou não de atender a esta função fiscalizadora assumida pela Comissão, dentro de suas atribuições legais.

Sistema penitenciário

No decorrer de 1993, foram realizadas cinco Audiências Públicas sobre o Sistema Penitenciário. Neste período, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos recebia visitas dos apenados do Albergue Padre Pio Buck, que denunciavam abusos por parte da direção. Depois de várias correspondências e reuniões, os dirigentes foram afastados.

Foram realizadas visitas em vários presídios da capital e do interior do Estado, além de contato permanente com o complexo de segurança de Charqueadas. Em Alegrete, os presos sofreram maus-tratos por parte do diretor. As lesões foram confirmadas pelos laudos do Instituto Médico Legal (IML). O diretor foi afastado e houve processo administrativo/disciplinar para apurar a responsabilidade.

A preocupação com a situação dos estabelecimentos penais do Estado acabou ganhando as atenções da opinião pública e do governo estadual. Motim ocorrido no Presídio Central de Porto Alegre, em junho de 1994, chamou a atenção para pontos nevrálgicos do sistema. O motim teve início no Hospital Penitenciário articulado por um grupo que ali estava com este propósito. Na perseguição aos foragidos, o diretor do Hospital Penitenciário foi baleado e um policial civil morreu.

O motim terminou quando três dos fugitivos entraram com um táxi em um dos hotéis mais luxuosos de Porto Alegre, acompanhados de reféns. Dos nove amotinados, quatro foram baleados e acabaram morrendo. A situação das mortes ainda hoje não foram completamente esclarecidas.

Além de tratar de temas locais, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos divulgou no Rio Grande do Sul o Relatório da Anistia Internacional sobre o massacre de 111 detentos no Presídio do Carandiru, em outubro de 1992, em São Paulo, pela Polícia Militar Paulista.

A CCDH recebeu em 1995, 114 denúncias de espancamentos de presos no interior das casas prisionais. Destas, 78,9% foram relativas aos complexos Porto Alegre e Charqueadas, que abrigam 4.515 presos, representando 41,2% do total de apenados do Estado.

Contrária à revista íntima nos presídios, a CCDH se reuniu com o então secretário de Justiça e Segurança Pública, José Eichemberg. Como não obteve nenhum resultado prático, promoveu Audiências Públicas em 15 de março e em 11 de abril e encaminhou o problema para o secretário geral da Anistia Internacional, Pierre Sané, que em audiência com o ex-governador Antônio Britto (PMDB) pediu providências.

Como nenhuma destas tentativas surtiu efeito, foi protocolado no dia 13 de setembro de 1995, o projeto de lei 490/95 de autoria do presidente da CCDH, deputado Marcos Rolim (PT) para regulamentar, de forma padronizada, a revista aplicada aos visitantes nos presídios do Rio Grande do Sul. A proposta garante às pessoas o respeito à integridade corporal, à privacidade, à intimidade, à honra, à imagem e à igualdade de tratamento, direitos consagrados constitucionalmente.

A CCDH recebeu em 1995, 146 pedidos de assistência jurídica encaminhados por detentos do sistema prisional gaúcho. E em 18 de setembro de 1995 lançou a 2ª Edição do livro "Crime - Tratamento Sem Prisão", de João Baptista Herkenhoff, editado pela Livraria do Advogado. A obra apresenta uma pesquisa científica desenvolvida por este magistrado do Espírito Santo.

Em junho de 1996, a comissão de formandos do Curso de Agentes Penitenciários pediu à CCDH que intercedesse afim de obter a nomeação de 139 concursados. Em documento, estes trabalhadores demonstravam sua preocupação com a carência de pessoal na Susepe. Eles também estavam apreensivos, porque os aprovados ficaram desempregados, já que foram obrigados a abandonar suas funções, durante o período do curso de formação.

Em setembro, a 11ª Coordenadoria Criminal encaminhou à CCDH o relatório enviado pelo Comando da Força Tarefa à Susepe sobre a situação dos estabelecimentos penais sob sua responsabilidade. No documento constava a superlotação carcerária. Com capacidade para 666 apenados, o Presídio Central de Porto Alegre estava com 1.792 presos. De seus 620 cômodos, a PEJ estava com 956. A PEC com capacidade para 250, abrigava 264 pessoas e o hospital penitenciário com 60 leitos encontrava-se com 70 pacientes.

O ano de 1996 iniciou com uma tragédia. No dia 13 de janeiro, um dos presos recolhidos no presídio regional de Bento Gonçalves ateou fogo na cela que dividia com mais sete pessoas, entre elas, presos condenados em regime fechado, semi-aberto e aberto e um preso provisório. Teve apenas um sobrevivente. Após visitar o estabelecimento no dia 21 de janeiro, o deputado Marcos Rolim (PT) relatou os fatos em documento e teceu comentários sobre as circunstâncias do drama. Os incidentes de Bento Gonçalves não redundaram em nenhuma medida administrativa, que responsabilizasse quem quer que seja pela tragédia. Tudo passou a ser considerado como uma fatalidade.

A CCDH recebeu em junho denúncia de que estariam ocorrendo graves irregularidades na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Os fatos relatados referiam-se à violência sexual, celas de isolamento em péssimas condições, tráfico de drogas, prática de enxerto nas apenadas, desvio de verbas destinadas à creche e troca de alimentos por agentes penitenciários. Os fatos foram comunicados à Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre e a CCDH também acompanhou a oitiva das apenadas.

Defensoria Pública

A instalação da Defensoria Pública no Rio Grande do Sul era uma necessidade para o regime democrático e para o acesso à Justiça de populações carentes. A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos teve um papel de destaque na implementação da Defensoria Pública (DP) do Rio Grande do Sul.

Foram realizadas diversas reuniões com os profissionais interessados – advogados da Assistência Jurídica Gratuita que deu origem a DP – e Audiências Públicas para debater os Projetos de Lei do governo com a definição do quadro de funcionários, fundo de reaparelhamento e contratação emergencial.



Populações indígenas

A situação das populações indígenas do Rio Grande do Sul, continuou na pauta da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Quatro audiências sobre o tema foram realizadas em 1993. Demarcações, ocupações e assentamentos de colonos nas reservas foram os assuntos tratados. Como decorrência, foi formado um grupo de trabalho entre representantes do Governo Estadual, comunidades indígenas, agricultores, Ministério Público, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e organizações não-governamentais, para buscar soluções conjuntas para os conflitos.

Em novembro de 1996, a comunidade indígena de Serrinha, localizada a 13 quilômetros de Ronda Alta procurou a CCDH com o propósito de solucionar sua luta pela terra. Mesmo dispondo de uma área demarcada desde o início do século, o espaço desta comunidade sofreu sucessivas invasões e inclusive acabou loteado para colonos nos anos 60, pelo governo do Estado. As famílias foram banidas e se espalharam por outras áreas. Mas nos anos 80 começaram a se organizar para retomar as terras até se estabelecerem definitivamente na área original. A CCDH pediu ao ministro da Justiça, ao presidente da República e à Funai providências imediatas para demarcar e garantir a posse da Serrinha ao povo Kaingang.

O presidente da CCDH, deputado Marcos Rolim (PT) apresentou emenda ao orçamento do Estado para 1997, destinando recursos para o reassentamento e indenização de agricultores oriundos das terras indígenas ilegalmente colonizadas pelo Estado. E em abril de 1996, a CCDH promoveu o seminário "A Problemática Indígena e o Estado - relações inter-étnicas e os povos indígenas da Região Sul".

Denúncia de racismo

Em 1993, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos acompanhou quatro denúncias de racismo, três em Porto Alegre e uma contra um vereador negro de Gravataí. Com o Instituto Cultural Judaico, Marc Shagall publicou uma nota na imprensa local contra a violência e o racismo.

Os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares foi registrado pela CCDH. Após três séculos, o Estado brasileiro reconheceu, em 1995, o 20 de novembro como data nacional de comemoração à consciência negra. Em sessão solene, os deputados Ciro Simoni (PDT) e Marcos Rolim (PT) se pronunciaram em nome da Casa.

Direitos de crianças e adolescentes

Após ter contribuído para a implementação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedica), a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos continuou a pautar este tema. Diversas denúncias de irregularidades administrativas na Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (Febem) provocaram as discussões sobre a adequação do órgão ao ECA. Foi formado um grupo de trabalho, com diversos órgãos públicos e entidades da área, para tratar do reordenamento da Febem.

Motins, rebeliões e fugas na Febem marcaram o ano de 1995. Em visitas à instituição, a CCDH constatou violações dos direitos de crianças e adolescentes. Lá ocorriam espancamentos, castigos, humilhações e supressão de direitos elementares. A CCDH também denunciou ao Ministério Público o fato de que crianças de dois a 10 anos estavam sendo submetidas a revista íntima nos presídios gaúchos.

O relatório "Pelo fim das punições físicas às crianças", organizado pela CCDH em 1995 e lançado no ano seguinte, foi inspirado num seminário realizado em Londres, em 1992. A publicação aborda a experiência de cinco países europeus, que aprovaram leis contrárias à prática de punições físicas às crianças pelos pais e responsáveis.

Em 13 de dezembro de 1995, a CCDH integrou a "Campanha Nacional Pelo Fim da Exploração, Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Turismo Sexual", iniciada pela então vereadora Maria do Rosário (PT).

Na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, a CCDH propôs em 1995 políticas públicas, apresentou emenda ao orçamento estadual para adequar a Febem às normas constitucionais do ECA e fiscalizou as atuações do governo estadual na área da criança e do adolescente. Ao receber denúncia de exploração sexual de crianças no centro de Porto Alegre, através de uma casa noturna que publicou anúncio em jornal com foto de uma adolescente prometendo sexo com mais prazer, a CCDH oficiou a denúncia ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público que representou contra a Rede Brasil Sul de Comunicações.

O deputado Marcos Rolim (PT) propôs a formação de uma equipe de trabalho para elaborar uma proposta para lidar com os casos de abuso sexual de crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul. A equipe iniciou o trabalho de elaboração do "Plano Estadual de Enfrentamento ao Abuso Sexual Intra-familiar".

Por representação da CCDH, o Ministério Público Estadual proibiu a Susepe de praticar a revista íntima em crianças e adolescentes nos estabelecimentos prisionais do RS (denúncia publicada no "Relatório Azul" 95). Em 14 de julho de 1997, o MP arquivou o expediente, porque a Susepe acolheu a determinação e erradicou esta prática condenável.

O presidente da CCDH, deputado Marcos Rolim (PT) visitou em 20 de abril de 1998 as instalações do ICM após o motim de abril. Familiares dos jovens internos denunciaram os maus tratos sofridos pelos amotinados e lamentaram que cerca de 20 deles haviam sido algemados e obrigados a passar uma noite sentados no chão. Após dialogar com os internos, direção, funcionários e familiares, o deputado propôs um acordo que pudesse estabelecer uma trégua em troca do atendimento de algumas reivindicações dos internos.

Os internos entregaram ao presidente da CCDH em 22 de abril uma pauta de reivindicações. A partir desse documento, a Comissão tratou de estabelecer novas relações entre as instituições e seus internos para garantir os Direitos Humanos elementares no tratamento dispensado aos adolescentes.

A CCDH foi ao Centro do Jovem Adulto da Febem, em 31 de dezembro para apurar denúncia do espancamento que teria ocorrido na madrugada de 26 de dezembro. O diretor da casa disse que tomou conhecimento do episódio durante as festividades natalinas, quando um interno teria lhe mostrado a perna machucada e que esse fato teria motivado a instalação de uma comissão interna para apurar o ocorrido. Relatou que sete adolescentes haviam participado do incidente, sendo que quatro deles ainda apresentavam lesões. Ao ser questionado sobre o exame de corpo de delito, no Departamento Médico Legal, disse que não havia feito tal encaminhamento e que os internos tinham sido examinados na enfermaria da própria instituição. Quanto à dimensão da lesão do interno, que motivou a denúncia, o diretor disse que não passava de um pequeno machucado. Concluída a sindicância, a direção da Febem comunicou a demissão dos cinco monitores envolvidos.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou seu cinquentenário em 1998. Aprovada em Paris, durante a III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, esta Declaração é comemorada internacionalmente como a mais importante data da história dos Direitos Humanos. O ano de 1998 festejou também os



cinquenta anos da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem que representa um marco para a definição dos direitos individuais. Este ano marcou, ainda, a realização da 1ª Conferência Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, coordenada pela CCDH, pela Anistia Internacional e por entidades governamentais e não-governamentais.

Conferência

“Nenhum ser Humano é Descartável” este foi o lema da 1ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, realizada nos dias 11, 12, e 13 de setembro de 1998, em Porto Alegre. O evento objetivou implementar a construção de canais de comunicação entre os diversos setores governamentais e não-governamentais, para facilitar o encaminhamento e a apuração de denúncias, o atendimento às vítimas da violência e a proteção aos segmentos mais fragilizados da população. E, apresentou propostas para a criação de um Plano Estadual de Direitos Humanos. 20 municípios gaúchos realizaram conferências municipais ou regionais preparatórias à Conferência Estadual. Participaram do evento 6.167 pessoas.

As pré-conferências e a Conferência tiveram sete temas básicos - segurança pública e criminalidade, acesso à justiça, instituições totais, crianças e adolescentes, o mundo do trabalho, direitos coletivos e difusos, discriminação e exclusão social. A Conferência, que representou um avanço na luta pelos Direitos Humanos, atraiu 1.655 pessoas. Milhares de cidadãos e cidadãs do Estado se debruçaram sob os Direitos Humanos, a fim de contribuir para o rompimento com a barbárie, reinventando novos patamares de civilização.

Ação da cidadania

Em 1993, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos participou ativamente da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. Foram realizadas visitas a escolas, participação na formação de comitês, arrecadação e distribuição de alimentos, distribuição de material, etc.

Participando das estruturas de Direitos Humanos

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos participou do grupo de trabalho que elaborou o Projeto de Conselho Municipal da Defesa da Cidadania contra as Discriminações e o Racismo. A Lei foi aprovada pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre e o Conselho (CMDC) foi implementado com a participação de diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e órgãos governamentais, em 1994.

Em outubro de 1993, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos realizou o II Encontro Parlamentar sobre Cidadania e Direitos Humanos, em conjunto com a Comissão de Assuntos Municipais, Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurgs) e Prefeitura de Porto Alegre e Faculdade de Direito da UFRGS. Participaram 25 municípios, num total de 120 pessoas. Foi aprovada a Carta de Porto Alegre pelos Direitos Humanos.

A assessoria da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos participou da Agenda Nacional de Direitos Humanos, promovido pelo Ministério da Justiça, com mais de 30 organizações de todo o Brasil. Vários temas estiveram em pauta, entre eles a reformulação do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana.

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, manteve uma política de intervenção e protesto nos casos de violações aos Direitos Humanos em outros estados.

Campanha contra torturadores em cargos públicos

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos fez várias manifestações contra nomeações e promoções de pessoas identificadas pelas entidades de defesa de Direitos Humanos como torturadores, tanto pelo governo federal, quanto no governo do Rio de Janeiro. De um modo em geral, estas campanhas fizeram o governo Itamar Franco recuar nestas nomeações.

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos participou da Campanha pela Criminalização da Tortura, articulada pela Anistia Internacional e com a participação de várias entidades.

Seminários, debates, atos

Em março de 1994, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos promoveu o Ato-Show 64 Nunca Mais, marcando os 30 anos do golpe militar com o apoio de partidos políticos, entidades sindicais, estudantis e Igrejas. O ato marcou o repúdio da sociedade gaúcha ao autoritarismo e à violência institucional, reunindo setores representativos da luta contra a Ditadura Militar e pelas Eleições Diretas.

Por iniciativa do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa/RS) e do Gapa/SP, a CCDH realizou 1º Seminário Aids e Direitos Humanos. Participaram profissionais de diversas áreas.

Debates Malditos

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos promoveu um ciclo de debates de temas polêmicos intitulado Debates Malditos. Em três encontros, foram debatidos "O Mercado do Corpo: Prostitutas, Travestis e Garotos de Programa", "A Vida Encarcerada: Manicômios e Presídios no Rio Grande do Sul" e "Crimes e Pecados: Os Adolescentes e o Uso de Drogas". Os painelistas eram profissionais das áreas afim e profissionais de imprensa. Os debates aconteceram na Usina do Gasômetro, em Porto Alegre, em agosto e setembro, com a presença de cerca de 360 participantes.

Acervo de documentos e biblioteca

Em novembro de 1994 foi concluída a organização do acervo documental da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. O trabalho havia iniciado na gestão do deputado Antônio Marangon. Hoje a CCDH tem documentos catalogados e uma pequena biblioteca que é muito utilizada por estudantes, profissionais e por interessados em geral.

Relatório Azul

Em 1994, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos inovou na sua forma de apresentar as suas atividades. Além do levantamento dos temas tratados pela Comissão, foi elaborado um relatório sobre garantias e violações de Direitos Humanos no Rio Grande do Sul. O "Relatório Azul" usou como fonte as denúncias apre-



sentadas à Comissão, as matérias publicadas nos jornais da capital e os dados fornecidos por entidades governamentais e não-governamentais.

Os temas refletem o amplo leque de assuntos tratados em 1994. Crianças e Adolescentes, Mulheres, Prostituição, Violência Policial, Sistema Penitenciário, Avanço da Criminalidade, Saúde Mental, Indígenas, Velhice Discriminada, Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, AIDS e Mortos e Desaparecidos Políticos.

A situação de crianças e adolescentes sobre a perspectiva da denúncia de exploração, o trabalho infanto-juvenil, sua regulamentação, a exploração sexual de meninos e meninas no RS. No capítulo sobre direitos das mulheres foi relatada a preparação para a IV Conferência da ONU sobre a Mulher, do ponto de vista governamental e das ONGs. Os debates sobre população e desenvolvimento, o aborto clandestino na América Latina, planejamento familiar, assédio sexual, violência e persistência e as Políticas Públicas de atendimento às vítimas, sobre prostitutas e travestis foram apresentadas várias formas de discriminação a homossexuais.

No capítulo sobre Violência Policial foram apresentadas 18 casos de agressões, tortura e mortes por parte de agentes do Estado. O caso que mais chama a atenção é o da morte de um rapaz de 19 anos, gari, morto após ser torturado com choque e afogamentos o Palácio da Polícia.

Sobre o Sistema Penitenciário foi apresentado um amplo levantamento do perfil dos presos do Estado e da situação das progressões de regime. Por fim, é reproduzido um depoimento de um ex-apanado com denúncias contundentes de corrupção no sistema sobre o avanço da criminalidade, são divulgados os dados da Polícia Civil do Estado.

No item Saúde Mental um depoimento revela os horrores vividos pelos que padecem de sofrimento mental nas clínicas privadas. Sobre as populações indígenas foi realizado um levantamento das reservas existentes, número de habitantes, situação de sobrevivência e demarcações. Neste capítulo também é abordado o Projeto Genoma que visa determinar a estrutura genética das populações indígenas do Rio Grande do Sul sem nenhum benefício para estas comunidades.

Sobre racismo é apresentada a situação da articulação das entidades no RS e algumas denúncias de discriminação. Sobre a velhice, um pequeno texto constata a discriminação e a exclusão dos idosos no RS. Com relação a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, foi publicado o "mapa da fome" no estado por município e o número de famílias em estado de miséria. Sobre a AIDS é abordado o crescimento da doença e as dificuldades dos portadores, em especial nos locais de trabalho. No capítulo sobre Mortos e Desaparecidos Políticos é apresentada uma retrospectiva da luta de familiares e de entidades de defesa dos Direitos Humanos para a localização dos desaparecidos e pela responsabilização do Estado. No final segue a lista dos gaúchos mortos e desaparecidos pelo regime militar.

O "Relatório Azul" teve enorme repercussão no Rio Grande do Sul. A Polícia Civil assumiu a investigação dos casos apontados, comprometendo-se a responsabilizar os agressores. Com o novo governo, o Sistema Penitenciário esteve na pauta das preocupações emergenciais. A Brigada Militar acabou assumindo a direção dos estabelecimentos prisionais de Porto Alegre, pelas denúncias de corrupção de agentes penitenciários.

O "Relatório Azul" - Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS, elaborado pela CCDH em 1996 reuniu 427 páginas e foi lançado em 38 cidades do interior. O documento apresentou temas como os Direitos Humanos e a nova política, crianças e adolescentes, cidadania e terceira idade, direitos das mulheres, discriminação racial, direitos dos povos indígenas, homossexualidade e cidadania, criminalidade e segurança pública, sistema prisional, violência policial, mortos e desaparecidos políticos, assistência social, terra e trabalho, saúde mental, Aids e Cidadania, Direitos Humanos na agenda nacional.

A 4ª edição do "Relatório Azul" referente ao ano de 1997 teve significado especial porque foi lançado no ano da comemoração do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração Ame-

ricana dos Direitos e Deveres do Homem. Esta foi o último publicado na gestão do deputado Marcos Rolim, autor da iniciativa

O “Relatório Azul” 97 publicou 19 denúncias, entre elas a do comerciante que sofreu perseguição por ser palestino, a da mulher negra que foi retirada com violência de um Centro Comercial e a do homem negro que foi impedido de frequentar um clube social.

Desaparecidos políticos

A visita do secretário Geral da Anistia Internacional do Brasil, Pierre Sané à CCDH em 11 de abril de 1995 reacendeu a discussão sobre os mortos e desaparecidos políticos. Sané fez um balanço de sua estada no Brasil, destacando sua decepção com o presidente Fernando Henrique Cardoso no tratamento deste tema. Em 21 de agosto, o deputado federal Nilmário Miranda, então presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal ouviu os familiares gaúchos numa audiência da CCDH.

O ano de 1996 foi marcado pela polêmica em torno dos trabalhos da Comissão Especial nomeada pelo Presidente da República e integrada por familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos e entidades representativas. Este grupo tratou da implantação da lei 9.140/95, que indeniza os familiares e se dedicou a localizar os parentes para que apresentassem os requerimentos no prazo estabelecido. A CCDH contribuiu na localização de familiares e na elaboração de requerimentos. A assessoria da CCDH também viajou ao Araguaia para participar das escavações dos locais demarcados. Nesta busca pelos corpos, foram percorridos os mesmos locais onde se realizaram os combates, as torturas e os desaparecimentos.

Violência no campo

Com o propósito de diminuir a violência no campo, a CCDH e a Delegacia Regional do Trabalho e o Ministério Público desencadearam a partir de 1990 ações fiscalizatórias para reduzir o trabalho escravo no Estado. Este tipo de exploração acontece no desmatamento, reflorestamento e em plantações de cana-de-açúcar. Normalmente as pessoas são contratadas sem carteira assinada e conduzidas ao local de trabalho com seus familiares. Lá recebem a alimentação que é descontada no final do mês. Além de trabalhar em troca de comida, ficam devendo ao empregador.

Audiências Públicas

Em 1995, a CCDH promoveu 22 Audiências Públicas e em 1996, foram 20 Audiências. No ano de 1997, foram 29 encontros, entre Audiências Públicas e reuniões para tratar de temas constantes da agenda de Direitos Humanos. Durante o ano de 1998, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos realizou 18 Audiências Públicas.

Atendimentos, seminários e conferências

De janeiro a outubro de 1995, a Comissão registrou 5.144 atendimentos sobre a violação dos Direitos Humanos. E promoveu, em parceria com entidades governamentais e não-governamentais, encontro com o secretário



geral da Anistia Internacional; Pierre Sané, exposição dos artistas plásticos do sistema penitenciário gaúcho; "Seminário Internacional Feminino Masculino – Igualdade e Diferença na Justiça"; exposição fotográfica intitulada "Galeria dos Horrores", do fotógrafo Marco Aurélio Couto; palestra e lançamento do livro "Crime, Tratamento em Prisão" e palestra sobre "Segurança Pública e Direitos Humanos", com o chefe de polícia do Rio de Janeiro, Hélio Luz.

A CCDH contabilizou em 1996, 10.971 denúncias de violações de Direitos Humanos, enviou 1.200 ofícios, 49 ofícios circulares, 221 memorandos, expediu 51.026 correspondências e 1.240 telegramas.

A CCDH recebeu em 1997, 4.240 cidadãos, 241 correspondências relativas a denúncias e 186 correspondências institucionais. E expediu 2.384 ofícios, 22 ofícios circulares, além de 708 telegramas, 157 memorandos e emitiu 17 pareceres. No total foram 12.273 atendimentos públicos.

No ano de 1998, a CCDH recebeu 2.653 correspondências, enviou 3.273 ofícios, 31 ofícios circulares e 216 memorando expediu um total de 41.353 correspondências. Muitas das denúncias apresentadas deram origem a procedimentos, que foram além do atendimento individual ao denunciante.

Criminalidade

Protocolado em abril de 1995, o Projeto de Lei nº 121/95 de autoria do presidente da CCDH, deputado Marcos Rolim (PT), que trata do Programa de Proteção às Vítimas da Violência. A proposta cria medidas que incluem o direito à assistência jurídica integral, principalmente nos processos criminais e civis, assistência médica e educacional, auxílio financeiro e segurança física às vítimas e seus familiares.

A CCDH denunciou a precária situação da segurança pública. O então governador Antônio Britto (PMDB) não estava utilizando as verbas do Fundo de Reparelhamento da Segurança. Apenas 50% do que havia sido previsto foi gasto em 1996. Além de não equipar o setor, o governo reduziu o orçamento. Para 1997 estava previsto uma redução de 20,5% no Fundo de Segurança. O quadro de desolação demonstrava à época que a política de segurança pública no Rio Grande do Sul era a de policiais mal remunerados, sem equipamento de telecomunicações, sem colete de proteção, sem carro e sem munição.

Aids

Para esclarecer os cidadãos sobre as atividades desenvolvidas pelo poder público em relação às Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (DST/Aids) bem como auxiliar no acesso a estas atividades, a CCDH solicitou informações à Seção de Controle da Aids da Secretaria Estadual de Saúde e do Meio Ambiente. Foram apresentadas atividades voltadas à prevenção da DST/Aids, à assistência, prevenção e serviços, vigilância, desenvolvimento e avaliação epidemiológica.

Entendendo que a responsabilidade pela formulação e implementação de políticas públicas em relação à Aids passa, também, pelo âmbito municipal, a CCDH oficiou à Coordenação de Política Municipal de Controle de DST/Aids da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.

Centro de atendimento

A CCDH se tornou num centro de atendimento para questões relativas à cidadania. Muitas pessoas procuram a Comissão para denunciar violações de Direitos Humanos, solicitar orientação jurídica e materiais para pesquisas e relatórios. Estas demandas podem ser tanto por visitas, como correspondências ou contatos telefônicos. As providências variam de acordo com o caso. Em algumas situações, a CCDH solicita a abertura de sindicâncias junto aos órgãos competentes, acompanha procedimentos já instaurados, formula pedidos de informação, comunica a denúncia a quem de direito deve investigá-la, respondê-la ou acompanhá-la.

Homoerotismo

A CCDH é uma das poucas entidades que se manifesta claramente em favor da livre expressão sexual e tem se pautado por denunciar casos de violência e discriminação praticados contra gays, lésbicas, bissexuais e travestis.

Portadores de deficiência

A exclusão, o preconceito e a discriminação por que passam os portadores de deficiências e seus familiares, justificam a presença do tema na agenda dos Direitos Humanos. O “Relatório Azul” de 1997 relatou as lutas travadas nesse contexto de exclusão, lutas que por vezes se dão de forma solitária e em outros momentos, aparecem tão engajadas que indicam a construção de um movimento social apto a pleitear a resolução dos problemas apontados no âmbito da cidadania. Essa se efetivará quando a deficiência deixar de ser um problema do outro. A questão das pessoas portadoras de deficiência não será equacionada a partir de ações isoladas, mas sim está vinculada à superação dos problemas de desenvolvimento e justiça social.

Direitos Humanos e o Mercosul

Parlamentares do Uruguai, Argentina e Paraguai vieram a Porto Alegre para discutir na CCDH, os Direitos Humanos no Mercosul, em novembro de 1997. Eles radiografaram a questão dos Direitos Humanos nos três Estados, e indicaram a necessidade da criação de um órgão capaz de articular a luta em defesa e promoção dos Direitos Humanos em cada um dos países membros do Mercosul. A partir da análise do Regimento do Mercosul foi proposta ao Grupo a criação de uma Subcomissão de Direitos Humanos.

Gestão da deputada Maria do Rosário – (1999 - 2000)³⁵

“A principal característica da CCDH é que ela se constituiu, ao longo de seus 20 anos de existência, em um espaço público de atendimento às demandas da sociedade. Sendo a primeira comissão parlamentar em caráter permanente de Direitos

³⁵ Deputada estadual do Partido dos Trabalhadores (PT).



Humanos do Brasil, nasceu em um contexto de ampliação dos espaços da cidadania, das conquistas democráticas, da luta contra a ditadura no Brasil e do combate às violações de direitos promovidas por agentes do Estado. A motivação para a criação da CCDH, deu-se em razão da ação internacional, envolvendo policiais brasileiros no seqüestro dos militantes uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias. O regime de terror fragmentava-se, mas seguia negando direitos civis e políticos, atuando através dos mecanismos oficiais de repressão (SNI, DOPS e cooperação entre as polícias Federal, Civil e Militar, além, é claro, da participação de integrantes das Forças Armadas). Naqueles dias não sabíamos, mas aquela ação policial integrava uma operação que hoje o mundo inteiro sabe nomear: 'Operação Condor'.

Nestes 20 anos a pauta da luta pelos Direitos Humanos ampliou-se, exigindo uma atuação vigorosa na defesa dos direitos sociais, econômicos e culturais, tanto quanto dos direitos civis e políticos. O caráter de indivisibilidade dos Direitos Humanos afirma-se com toda a sua força.

A CCDH constituiu-se neste processo, como um espaço que partiu da necessidade de denunciar as violações. Ela vem se mantendo, ao longo do tempo, não só como um espaço de denúncia, mas sobretudo, de formulação de políticas públicas e de uma ação direta junto à sociedade. Cobrar o exercício destas políticas pode minorar o sofrimento das pessoas e valorizá-las como cidadãs. Neste sentido, a relação da Comissão com o público é sempre inovadora. Mesmo sendo parte de um poder de Estado, a CCDH tem características não governamentais. Ela também cumpre seu papel quando se coloca com independência frente ao Executivo, Judiciário, Ministério Público e ao próprio Parlamento.

A rotina constituída na luta pelos Direitos Humanos se incorporou a reflexão crítica da realidade dos Direitos Humanos em nosso Estado, através da publicação anual do 'Relatório Azul', que desde 1994 vem referenciando a luta de inúmeros agentes de Direitos Humanos, organizações governamentais e não-governamentais, além de enriquecer e subsidiar a produção acadêmica em diversas áreas do conhecimento relacionadas aos Direitos Humanos.

Presidir a CCDH, a partir de um olhar para a inclusão social e construção de uma cultura humanista, é uma tarefa especialmente honrosa, em particular pelo vínculo que esta Comissão tem com os movimentos sociais."

A deputada Maria do Rosário (PT), primeira mulher a presidir a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa é pedagoga e professora estadual. Seu trabalho destacado na luta pelos Direitos Humanos na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, superando em muito as fronteiras da atuação do parlamento municipal, deu-lhe projeção nacional, tendo enquanto vereadora, denunciado com veemência a exploração sexual de crianças e adolescentes e identificando uma rota estadual da exploração sexual e suas conexões nacionais, que retirava do convívio familiar dezenas de meninas gaúchas. Após cumprir dois mandatos como vereadora em Porto Alegre, com atuação destacada na defesa da educação e dos direitos humanos (sendo presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores), foi eleita deputada estadual em 1998, com a maior votação da bancada petista e a segunda entre todos os eleitos do parlamento estadual. Esta trajetória a credenciou para assumir a presidência da CCDH já no primeiro ano de sua legislatura, fato também inédito na história da CCDH.

Sua gestão na presidência da CCDH, tem sido caracterizada pela manutenção do trabalho desenvolvido pelas gestões anteriores e pela ampliação dos laços da Comissão com os movimentos sociais, com a luta em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, das mulheres, dos povos indígenas e dos trabalhadores de um modo geral. Segue-se, portanto, a trajetória dos Direitos Humanos, que tem demonstrado historicamente a necessidade da afirmação de sua indivisibilidade, percebendo-se a necessidade de reafirmação dos direitos sociais, econômicos e culturais. E, entendendo-se, ao mesmo tempo, a crescente conscientização da luta pelo direito a um meio ambiente saudável e sua relação com sustentabilidade humana. No entendimento da deputada Maria do Rosário: "o avanço dessa consciência, fundada nos Direitos Humanos, reforça o papel dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores em um mercado globalizado e financeirizado, e aponta para a urgência de profundas mudanças na ordem social e econômica".

Crianças e adolescentes

A CCDH, a Amencar e entidades de atendimento a crianças e adolescentes promoveram em junho de 1999, o Seminário Nacional sobre "Violência contra a Criança e o Adolescente", no Salão de Atos da UFRGS. O evento atraiu 156 estudantes e representantes de órgãos públicos e privados. Os participantes encaminham 22 itens de recomendações às instituições, organizações não governamentais e profissionais atuantes na garantia, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no sentido da aplicação ECA. O seminário foi parte de um projeto desenvolvido pela CCDH e Amencar, que abrangeu a realização de pesquisa e publicação sobre Violência Doméstica.

A CCDH remeteu correspondências ao Departamento Médico Legal, à Procuradoria, à Prefeitura e à Secretaria da Saúde de Uruguaiana e ao Conselho Estadual de Educação para saber os procedimentos adotados no caso da Creche Casinha da Emília de Uruguaiana que no dia 20 de junho de 2000 vitimou 12 crianças na faixa de dois a três anos de idade.

A CCDH realizou nos dias 29 e 30 de junho de 2000, o seminário "Violência Doméstica Fatal contra Crianças e Adolescentes". A iniciativa foi em conjunto com o Movimento pelo Fim da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e da Equipe 104, do VII Curso de Especialização na Área de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, da Universidade de São Paulo.

A CCDH participou da 2ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos dias 15 e 16 de outubro de 1999 que teve como tema Uma Década de História rumo ao Terceiro Milênio. Entre as resoluções aprovadas pela Conferência, destacam-se as que se referem às políticas sociais básicas e de reinserção social, serviços de proteção especial e instâncias e mecanismos jurídicos sociais.

No dia 16 de fevereiro de 2000, a CCDH promoveu Audiência Pública para constituir uma comissão para visitar o Instituto Juvenil Masculino (IJM) da Fundação de Bem-Estar do Menor e inspecionar as condições estruturais do instituto.

A CCDH realizou no dia 15 de setembro de 1999, Audiência Pública para discutir o atendimento de adolescentes e jovens adultos, autores de ato infracional, no Rio Grande do Sul. A Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, apresentou o programa Primeiro Emprego como uma perspectiva de reinserção social para os jovens da Febem, mas avalia que ainda falta a conscientização das empresas para que se solidarizem nesse processo de inserção social. E enviou sugestões ao grupo de trabalho do governo do Estado constituído com o objetivo de formular propostas para a política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei e o reordenamento institucional da Febem.

A fim de inspecionar o Centro do Jovem Adulto (CJA) da Febem, após o motim do dia 24 de setembro, que resultou no afastamento da direção do CJA e o ingresso da Força Tarefa da Brigada Militar, a assessoria da CCDH esteve na instituição no dia 25 de setembro. Na noite do motim a presidenta da CCDH, deputada Maria do Rosário (PT) esteve no CJA. No dia 20 de outubro, a CCDH retornou à Febem, desta vez para verificar a situação dos jovens do Instituto Juvenil Masculino que estava no isolamento há mais de 15 dias.

No dia 22 de outubro, a assessoria da CCDH esteve no CJA da Febem para acompanhar os desdobramentos de uma tentativa de fuga. A CCDH foi informada que recém havia sido controlada mais uma saída pelo telhado, sendo que sete adolescentes foram trazidos de volta para as alas, onde estariam sendo "acalmados". A assessoria só pode falar com os internos após uma hora e meia.

A CCDH acompanhou atentamente os movimentos na Febem, sendo que em 5 e 6 de fevereiro de 2000, a presidenta, deputada Maria do Rosário (PT) lançou uma nota à imprensa fazendo considerações sobre o IJM observando que: "O IJM é uma Casa completamente inadequada em termos de infra-estrutura para o atendimento de



adolescentes em conflito com a lei. É um presídio com todas suas desvantagens do ponto de vista sócio-educativo e, por outro lado, com todos os problemas de insegurança de um prédio velho, mal conservado, insalubre. Não apresenta condições de trabalho para o funcionários e nem de habilitabilidade para os internos. Enquanto não for implementado o Estatuto da Criança e do Adolescente na Febem, episódios como motins poderão repetir-se”.

A CCDH tem acompanhado sistematicamente a situação da Febem afirmando a necessidade de um reordenamento urgente da instituição, justamente com a aplicação de um projeto real de sócio-educação, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Direitos das mulheres

A CCDH realizou Audiência Pública em 24 de março de 1999 sobre a violência contra as mulheres. A reunião analisou a evolução da plataforma aprovada na Conferência de Beijing, promovida pela ONU em 1995, que abordou os direitos das mulheres. A deputada Maria do Rosário (PT), presidente da CCDH observou que a Conferência trouxe uma grande contribuição à humanidade, que se expressa nos compromissos firmados por 200 países.

No dia 10 de março de 2000 com o apoio da Secretaria Municipal da Cultura e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a CCDH promoveu um evento no Brique da Redenção (Porto Alegre) denominado “Mulheres pintam a sua história - na luta pelos Direitos Humanos e pela Paz”, que contou com a participação de 10 artistas plásticas. Na Audiência Pública de 17 de maio que tratou sobre a Conferência de Beijing + 5, as obras foram entregues a entidades que trabalham com os direitos das mulheres.

Em 8 de março de 2000, a CCDH participou do lançamento da Marcha Mundial de Mulheres que se terminou no dia 17 de outubro, quando delegações de mulheres dos países integrantes entregaram um abaixo-assinado de apoio às suas reivindicações para o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan. O objetivo foi o de promover ações locais, nacionais e internacionais para marcar as reivindicações das mulheres contra a pobreza e a violência sexista.

A CCDH e o Grupo de Apoio à Criança Soropositiva Mais Criança lançaram no dia 15 de março de 2000, o projeto “Teste HIV - Faça por Você, Faça pelo Bebê”. O objetivo foi o de estimular campanhas para a inclusão, mediante aconselhamento, do teste anti-HIV na rotina dos exames pré-natal.

Direitos dos idosos

A deputada Maria do Rosário, presidenta da CCDH a convite da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, juntamente com o Ministério Público e Coordenação de Saúde Mental visitou, no dia 26 de março de 1999, a Casa de Repouso Nossa Senhora Auxiliadora e o Pensionato Santo Antônio verificando as precárias condições dos estabelecimentos. Com prédios de madeira e alvenaria, a Casa de Repouso Nossa Senhora Auxiliadora se encontrava em péssimas condições de conservação e sem nenhuma padronização técnica ou de segurança para os residentes.

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o ano de 1999 como o Ano Internacional do Idoso, com o lema “Uma Sociedade para Todas as Idades”, uma visão de que os idosos devem estar permanentemente integrados.

Pessoa portadora de deficiência

Em três de junho de 1999, a CCDH discutiu a realidade dos portadores de deficiência e/ou altas habilidades do Rio Grande do Sul. E tem se comprometido em denunciar o descaso, a insensibilidade e o despreparo do Estado no trato das questões pertinentes a estas pessoas.

Sofrimento psíquico

A CCDH trabalha em prol da cidadania das pessoas portadoras de sofrimento psíquico, defendendo a construção de políticas públicas que atendam suas necessidades. São muitas as denúncias que chegam à CCDH sobre estabelecimentos clandestinos que submetem seus pacientes a situações rotineiras de violações de direitos fundamentais, a maioria destas pessoas é oriunda do interior do Estado.

Por iniciativa da CCDH, entidades da área da saúde mental fizeram uma inspeção no Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), em 18 de junho de 1999. A visita iniciou com uma explanação sobre a situação do IPF, pelo diretor geral, Luiz Carlos Illafont Coronel. Os representantes das entidades vistoriaram as condições dos pacientes e das instalações da instituição.

Devido a numerosas denúncias sobre clínicas psiquiátricas clandestinas que atuam sem condições técnicas, a CCDH iniciou um processo de discussão para a regulamentação da prática destes serviços. A Portaria nº 967/99, de dezembro de 1999, constituiu o grupo de trabalho responsável pela elaboração, em seis meses, de normas técnicas para o funcionamento dos serviços residenciais terapêuticos no Estado. As normas foram apresentadas em forma de proposta de portaria em Audiência Pública realizada na CCDH no dia 18 de maio de 2000. Nesta audiência, a presidenta da CCDH, deputada Maria do Rosário (PT) propôs a inclusão dos usuários dos serviços de saúde mental ao GT.

Direito do trabalhador

A CCDH debate as questões relacionadas ao mundo do trabalho, a fim de encontrar soluções para que o trabalho seja encarado como uma prática em busca da realização pessoal e justiça social. Uma das competências da CCDH, conforme o Regimento Interno da Assembleia Legislativa é tratar dos aspectos relacionados à temática homem-trabalho. Atenta a esse tema, a CCDH criou uma Subcomissão que tem como relator o deputado Pe. Roque Grazziotin (PT).

Assistência social

A CCDH atende diariamente inúmeras pessoas que não encontram na rede de assistência social uma retaguarda às suas demandas. A injustiça social, conseqüente da distribuição desigual de renda, dos acessos à justiça, à educação e à segurança é uma forma cruel de violação aos Direitos Humanos. Populações vulnerabilizadas pela pobreza perdem seu potencial para o exercício pleno da cidadania. Sendo assim, a injustiça social se constituiu em um obstáculo à concretização da plataforma dos Direitos Humanos.

O ano de 1999 iniciou com o anúncio de corte de verbas federais destinadas à assistência social. Em nível nacional, os cortes representaram uma perda média de 19,49%. Em Porto Alegre, determinaram uma perda de R\$



997.438,44 nos programas - Creche e Manutenção, Apoio à Pessoa Idosa e Pessoa Portadora de Deficiência. A sociedade reagiu através das entidades prestadoras de serviço e conselhos de assistência social e de direitos da criança e do adolescente, organizando atos de protesto em todo país. No Rio Grande do Sul foram organizadas manifestações de rua e a CCDH promoveu uma Audiência Pública sobre o tema, em 25 de março. Esses atos culminaram em uma grande manifestação, em Brasília no dia 14 de abril. Fruto desta mobilização, o orçamento da União para o Fundo Nacional de Assistência Social foi recomposto, permitindo que os recursos para os atendimentos ficassem em níveis praticamente iguais aos de 1998.

Em 18 de agosto, a CCDH esclareceu sobre as políticas de atendimento à população que vive em situação de rua, com a finalidade de responder a demanda dos meninos e meninas. Em julho um adolescente morreu afogado no Arroio Dilúvio, quando tentava chegar ao local onde dormia. Por solicitação da CCDH, a Fundação de Assistência Social e Comunitária (Fasc), da Prefeitura de Porto Alegre fez um levantamento dos meninos e meninas que residem sob as pontes do arroio Dilúvio, constando vinte e seis casos. A Fasc apresentou um projeto para a reordenação da Unidade Operacional do Centro e a implantação da Casa de Acolhimento.

Violência policial

O "Relatório Azul" 98/99 narrou 15 casos de violência policial, entre eles violência em Montenegro, ataques a um fotógrafo amador que foi espancado na Praça da Alfândega, agressão impune à jovem e deficiente físico, espancamento de camelô e o caso Konrad.

Criminalidade e violência

A Lei nº 11.314, de 20 de janeiro de 1999, de autoria do então deputado estadual Marcos Rolim (PT) e sancionada pelo governador Olívio Dutra estabelece o Programa de Proteção, Auxílio e Assistência às Vítimas da Violência". Esta lei rompe com a perversidade institucionalizada de tal modo que a vítima de violência tenha asseguradas condições reais de denunciar o agressor/violador e acompanhar o processo integralmente até que a Justiça seja aplicada. A proteção às vítimas, seus familiares e/ou testemunhas é uma demanda imprescindível para que haja uma efetiva cidadania e um real combate ao crime e à corrupção. A CCDH, sob a presidência da deputada Maria do Rosário (PT) tem participado dos encaminhamentos de implantação e regulamentação deste programa no Rio Grande do Sul.

Audiências Públicas

Em 1999, a CCDH realizou 16 Audiências Públicas.

Eventos

A pedido da Câmara Municipal de Vereadores de Barra do Ribeiro, a CCDH promoveu reunião na cidade para discutir questões relativas às dificuldades por que passam os membros da comunidade indígena pertencente à nação Mbyá-Guarani. Esteve em São Leopoldo para tratar sobre as denúncias publicadas pelo Jornal VS sobre explo-

ração sexual de crianças e adolescentes. Participou do Dia Nacional de Luta Antimanicomial, manteve encontro para discutir a realização de exames para análise sorológica de carga viral HIV/Aids com representantes da Secretaria Estadual da Saúde e do Meio Ambiente e da Secretaria Municipal da Saúde, Seminário Nacional sobre Violência contra crianças e adolescentes e participou do painel Direitos Humanos e Homossexualismo. Até junho de 1999, havia promovido 21 palestras.

Ofícios e circulares

Em 1999, a CCDH enviou 4.499 ofícios, 84 ofícios circulares e 390 memorandos e foram emitidos 157 pareceres. A CCDH atendeu 390 casos por correspondências e houve 1296 atendimentos diários. A CCDH promoveu 23 Audiências Públicas em 1999 e 20 em 2000. E até 30 de junho enviou 2.180 ofícios, 54 ofícios circulares, 157 memorandos e emitiu 12 pareceres. Respondeu, ainda, a 239 casos por correspondência até 30 de maio, além dos 376 atendimentos diários.

Conferência

Conferência Estadual de Direitos Humanos realizada bienalmente é um encontro para avaliar as garantias e violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, a fim de construir um Plano Estadual de Direitos Humanos. Busca promover uma discussão ampla e articulada entre os vários segmentos da sociedade organizada, entidades governamentais e não governamentais para a efetiva implementação dos Direitos Humanos no Estado.

Caderno da Cidadania

Este caderno pretende esclarecer a população sobre seus direitos contendo, também, os endereços dos locais onde os cidadãos podem denunciar violações e reivindicar seus direitos. Editado pela primeira vez em 1992, com o nome de "Guia do Cidadão", quando a CCDH era presidida pelo deputado Antônio Marangon (PT), o Caderno foi reeditado em comemoração aos 20 anos da CCDH como um compromisso com o trabalho desenvolvido neste período.

Trabalhadores urbanos

A CCDH realizou Audiência Pública no dia 23 de junho de 1999 para discutir as arbitrariedades nas demissões de funcionários da CRT. Também constou na pauta irregularidades nas tarifas e taxas cobradas indevidamente dos usuários, telefones grampeados, solicitação de auditoria no processo de privatização da CRT, manipulação dos indicadores da empresa para garantir as metas impostas pela Agência Nacional de Telecomunicação, o não cumprimento do protocolo de compromisso da CRT com a Anatel, que estabelece prazo de 90 dias para a instalação de telefones. A cópia da ata da audiência foi enviada ao Ministério Público. O vice-presidente da CCDH, deputado Roque Grazziotin (PT) sugeriu que fosse impetrada uma ação civil pública para pressionar uma auditoria sobre a privatização da CRT e incentivar a mobilização civil das entidades e usuários.



Audiência Pública realizada em 22 de setembro tratou das Violações dos Direitos dos trabalhadores no Banco Bozzano Simonsen. Segundo denúncia do Sindicato, o banco não estava cumprindo a legislação trabalhista em relação à saúde e segurança. Também não estava sendo permitida a entrada do Sindicato em alguns setores da instituição e a participação nas ações de vigilância. As demissões estavam ocorrendo sem o exame demissional e o banco não estava fornecendo a Comunicação de Acidente de Trabalho para os portadores de Lesão do Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbios Osteomuscular Relacionados ao Trabalho (Dort).

Direitos Humanos

A CCDH promoveu em 13 de agosto, o I Encontro Legislativo sobre os Direitos Humanos no Rio Grande do Sul. O evento atraiu mais de 60 vereadores, representando 40 municípios gaúchos que assistiram o painel 'O Papel do Parlamento na Garantia da Cidadania e dos Direitos Humanos - Uma Ação Articulada entre Municípios, Estado e União', proferido pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, deputado federal Marcos Rolim (PT).

No dia 10 de maio foi lançada a Comissão de Direitos Humanos da Brigada Militar, por iniciativa das Associações da Brigada Militar. O objetivo foi o de qualificar os policiais. A presidenta da CCDH, deputada Maria do Rosário (PT) entregou um exemplar do "Relatório Azul" ao coronel da BM, como símbolo da parceria pela superação das violações dos Direitos Humanos.

Anistia

Uma Sessão Extraordinária comemorou em 23 de agosto, os 20 anos de Anistia no Brasil. O evento foi realizada em conjunto com o Governo do Estado e com a Câmara de Vereadores de Porto Alegre para manter viva a memória da luta pela anistia e contra qualquer tipo de opressão que cerceie os direitos civis e políticos dos cidadãos.

Convenção 103

No dia 1º de setembro, a CCDH promoveu uma Audiência Pública com o deputado Renato Simões, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo para abordar a proposta de modificação da Convenção 103, que trata da proteção à maternidade.

Seqüestro

No dia 7 de outubro de 1999, a assessoria da CCDH foi a Santana do Livramento para coletar informações sobre o seqüestro do jovem brasileiro S.L.Y de 19 anos preso em Rivera, no Uruguai, ao invés de responder processo judicial de acordo com o sistema jurídico brasileiro. Havia suspeita sobre a possível colaboração da polícia brasileira no episódio. A CCDH esteve com o cônsul do Uruguai, Daniel Frias Vidal, que disse ter tomado conhecimento do caso

via imprensa e afirmou não ter competência para tomar nenhuma providência. A CCDH oficiou a Procuradoria Geral de Justiça, a Secretaria de Justiça e Segurança, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seção Rio Grande do Sul, a Delegacia Regional, o Consulado do Brasil em Rivera e o Itamaraty. Até o fechamento deste relatório, S.Y. continuava recolhido ao presídio de Rivera.

Racismo

A Audiência Pública, realizada no dia 24 de novembro de 1999, em comemoração ao "Dia da Consciência Negra" discutiu o tratamento dispensado pelas polícias Militar e Civil à comunidade negra, em especial à juventude. A presidenta da CCDH, deputada Maria do Rosário (PT) falou sobre as denúncias que a Comissão recebe e, também, fez uma análise de que na área de segurança pública existe uma situação particular de violência contra a população negra no Rio Grande do Sul.

HIV/Aids

Audiência Pública em 1º de dezembro marcou o "Dia Mundial de Luta contra a AIDS". De acordo com a presidenta da CCDH, deputada Maria do Rosário (PT) a maior violência e discriminação recai sobre os menos favorecidos e que, a lógica do Estado Mínimo tem sido a do abandono. Na audiência, a CCDH se comprometeu com a luta pela implantação do projeto Revivência que se constitui em um Centro de Convivência e Casa de Passagem para pessoas vivendo com Aids. O projeto reforça a descentralização do atendimento para o interior do Estado e propõe atenção diferenciada para crianças e adolescentes.

Assentamento

Em 8 de dezembro, a CCDH discutiu o impasse gerado com o boicote das vistorias do Incra, em propriedades rurais do Estado. As vistorias são fundamentais para a implementação da reforma agrária no estado. Também foi lembrado o convênio firmado entre o governo do Estado e o Incra/RS, que tinha como meta o assentamento de dez mil famílias, em quatro anos, incluindo 1.200 famílias oriundas de áreas indígenas. A indefinição das vistorias e o corte de recursos orçamentários do Governo do Estado prejudicam a aplicação das metas propostas para 1999.

Prêmio

No dia 10 de dezembro de 1999 foram entregues diplomas e troféus aos vencedores da 2ª edição do Prêmio Direitos Humanos, promovido em conjunto pela representação gaúcha da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a CCDH, Conselho Britânico e a Fundação Mauricio Sirotsky Sobrinho. Foram agraciados a Instituição Comunitária de Crédito Portosol, Pastoral do Menor da CNBB Regional Sul III, Programa Jornal da Cidadania, da TV Educativa, Programa Construção da Cidadania, da Rádio FM Cultura, Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero e o Núcleo de Estudos da Prostituição.



A Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, na comemoração de um ano de movimento pela cidadania, dia 25 de maio de 2000 homenageou a presidenta da CCDH, deputada Maria do Rosário (PT) por destacar-se na luta pelos Direitos Humanos, oferecendo o troféu Igualdade.

Penitenciárias

Em 23 de março de 2000, a CCDH tratou da saúde dos apenados e das condições de atendimento ambulatorial junto ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os presidiários são condenados à pena privativa de liberdade, não podendo ser excluídos de atendimentos, como saúde e alimentação, responsabilidades do Estado.

Julgamento

Em conjunto com o gabinete do deputado Dionilso Marcon (PT), a CCDH promoveu em 5 de abril, audiência para discutir o julgamento do líder sem-terra, José Rainha, acusado de co-autoria de duplo homicídio em razão dos conflitos fundiários em Pedro Canário, no Espírito Santo, quando foram assassinados o fazendeiro José Machado Neto e o policial Sérgio Narciso da Silva. Julgado pela primeira vez em junho de 1997, Rainha foi condenado apesar das provas de que ele estava no Ceará, enquanto os crimes aconteciam no Espírito Santo. A presidenta da CCDH, deputada Maria do Rosário (PT) disse que a Comissão estava mostrando para o mundo que o crime pelo qual José Rainha estava sendo acusado era de opinião. Também foi denunciado que a defesa deste líder teve o seu direito de testemunhas de acusação cerceado. A audiência aprovou uma Moção que foi enviada ao Comitê de Apoio a José Rainha.

Protege

A CCDH em conjunto com o governo do Estado promoveu em 6 de abril de 2000, o seminário “Proteção a Vítimas de Violência e a Testemunhas Ameaçadas no RS” para subsidiar a execução do programa no Estado. A presidenta da CCDH, deputada Maria do Rosário (PT) abordou a reformulação da lei que trata do tema, lembrando que existem alguns problemas de concepção, sendo um deles a de que somente são considerados pelo Programa as pessoas que já foram vitimadas, excluindo, portanto aquelas que estejam na iminência da violência.

CPI de Combate ao Crime Organizado

Audiência realizada em 12 de abril discutiu a exploração sexual e o tráfico de crianças, adolescentes e mulheres para subsidiar a CPI de Combate ao Crime Organizado da Assembléia Legislativa. O presidente da CPI, deputado Paulo Pimenta (PT) argumentou que não poderia atender a solicitação das mulheres porque a Comissão havia sido constituída para averiguar o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro e o roubo de cargas e que se ampliasse o leque poderia prejudicar os trabalhos investigativos.

500 Anos

Audiência Pública em 19 de abril marcou os “500 Anos de Descobrimento - A Resistência Indígena”. A presidenta da CCDH, deputada Maria do Rosário (PT) disse que enquanto são realizadas comemorações oficiais no Brasil e em Portugal, parte significativa da sociedade brasileira vive à margem desses festejos e sem motivos para comemorar. Ela lembrou a demora na demarcação das terras indígenas, salientando que a Funai e o governo do Estado têm vontade de resolver o problema, mas que o governo federal tem reduzido as verbas das instituições. E lembrou que as áreas de Monte Caseiros e Serrinha, que já estão sendo demarcadas, representam uma luta de sete anos que iniciou dentro da CCDH.

Promotoras Legais Penais

A CCDH em parceria com a Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero criou o curso de formação de Promotoras Legais Penais para capacitar as mulheres dos apenados para que construam novos valores frente ao direito regulador das relações sociais.

Operação Condor

Em 24 de maio foi provado o requerimento dos deputados João Luiz Vargas e Vieira da Cunha (PDT) para a criação da Subcomissão para acompanhar os trabalhos de investigação das circunstâncias da morte do ex-presidente João Goulart, em 1976. Jango morreu em sua fazenda, na Argentina. A audiência também tratou sobre a operação “Condor”, acordo firmado em 1975 pelas ditaduras militares do Cone Sul para a troca de informações sobre as atividades consideradas subversivas e perseguição dos opositores aos regimes militares. Ficou definida a construção de um espaço público no Estado para o levantamento de dados que ajudem a subsidiar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, o apoio no levantamento de documentos que possam auxiliar no processo contra o ex-presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, por crimes contra a humanidade, a abertura dos arquivos da polícia federal e forças armadas, desvendar a relação do RS com a Operação Condor e solicitar espaço específico no Memorial para os anos de chumbo.

Audiência realizada dia 30 de junho, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, sobre a “Operação Condor” teve a presença de Lilian Celiberti. Em seu depoimento, Lilian lembrou o seqüestro que sofreu, juntamente com o seu companheiro, Universindo Dias, em Porto Alegre, por um comando clandestino e que ainda está viva graças as diferenças políticas entre o Brasil e o Uruguai. Relatou que seus seqüestradores não precisavam passar por trâmites legais na fronteira do Brasil com o Uruguai, o que prova que as autoridades dos países tinham conhecimento prévio da operação. Após uma forte campanha internacional, eles foram libertados e depois da redemocratização do Brasil venceram ações indenizatória contra o Estado e penal contra os policiais responsáveis pela detenção. Nesta mesma Audiência Pública, a CCDH e a CDH lançaram uma campanha para que o ex-ditador paraguaio Alfredo Stroessner seja submetido a julgamento no Brasil.



Conclusão

Nestes 20 anos, a luta travada pela CCDH em prol dos Direitos Humanos avançou extraordinariamente. Os militantes de esquerda já não são mais seqüestrados pela polícia. A liberdade política se traduziu numa vitória significativa. E a sociedade conquistou uma Constituição mais democrática, passando a eleger prefeitos das cidades anteriormente consideradas área de segurança nacional, governadores de Estado e Presidente da República. Há de se destacar que garantias fundamentais foram afirmadas, através de legislações avançadas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei da Reforma Psiquiátrica e o Programa de Proteção às Vítimas da Violência e Testemunhas, inéditos no país. Neste período também já se faz sentir os frutos do trabalho dos conselhos e da democratização das instituições, sindicatos, associações e organizações governamentais e não-governamentais.

Hoje o projeto neoliberal - que vem reduzindo verbas para a área da assistência social - se coloca como um grande empecilho na luta pelos Direitos Humanos. O agravamento da crise social fez com que os chamados direitos de segunda geração - econômicos, sociais e culturais - obtivessem uma dimensão maior na agenda dos Direitos Humanos, que são indivisíveis e complementares.

O Rio Grande do Sul se destaca em nível nacional nesta luta. Percentualmente, a polícia gaúcha mata menos do que em outros estados da federação. Esta realidade, porém, não pode servir de consolo para os rio-grandenses. Os maus-tratos, lamentavelmente, ainda continuam acontecendo. É verdade que o Brasil tem avançado e passou a integrar o sistema internacional de Direitos Humanos. Tal condição possibilita que o Brasil seja submetido por organismos internacionais a processos de monitoramento e de julgamento de cortes de Direitos Humanos, como a Corte Interamericana. Há de se destacar, no entanto, que o país não tem apresentado os relatórios periódicos a que foi obrigado por conta dos tratados e pactos internacionais dos quais é signatário. Este fato prejudica a imagem do governo federal no exterior.

Mesmo que estas duas décadas tenham produzido resultados positivos, ainda há muito o que ser feito. E a CCDH se mantém firme e vigilante para por fim a todo tipo de violação aos Direitos Humanos. Estes primeiros 20 anos de luta da CCDH já fazem parte da história de nosso Estado e são exemplares em termos nacionais. E é com este fôlego que a CCDH gaúcha vai continuar defendendo os direitos mais elementares de todos os seres humanos.

Bibliografia

Documentos contidos no acervo da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa do RS.



Relatório Azul 1999 / 2000

Direito a ter direitos

Lilian Celiberti¹

O convite que me fez a deputada Maria do Rosário, presidenta da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH), para fazer a apresentação da nova edição do “Relatório Azul” me honra e me dá uma profunda alegria, pois me permite acompanhar os esforços institucionais encarados para fazer dos Direitos Humanos a base da construção da cidadania e da democracia. Ao mesmo tempo, me oferece a oportunidade de fazer uma homenagem a todas as pessoas, instituições e organizações democráticas do Estado do Rio Grande do Sul, que enfrentam com coragem, compromisso e solidariedade, a lógica da impunidade repressiva daqueles obscuros anos em que os Estados do Cone Sul fizeram do seqüestro, das desapareições e das torturas, uma moeda corrente de sua prática institucional.

É a vez do reconhecimento do trabalho realizado, durante estes 20 anos, pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, criada precisamente como resposta dos setores de vocação democrática ao seqüestro de que fomos vítimas, Universindo, Camilo, Francesca e eu, em 1978, na cidade de Porto Alegre.

A constituição da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa foi uma resposta institucional à impunidade repressiva e se constituiu em um símbolo inequívoco da vontade de percorrer um caminho de reconstrução democrática no Rio Grande do Sul.

Mas para mim, vítima, estas respostas não tiveram somente consequências políticas; dos retalhos de informação que podia obter, cada um desses atos, formaram parte da minha vida cotidiana no cárcere, de minhas forças para resistir, de minha gana de rir, de minha vontade de crer (acreditar).

Ser do Cone Sul, como de qualquer outra parte, pode não querer dizer nada. Ou pode querer dizer sol, vento, tango, cordilheira, praia. Mas Cone Sul também foi ditadura e essa ditadura quis que as pessoas que habitam o Cone Sul se esquecessem de tudo, apagassem sua história e apagassem as recordações daqueles que a ditadura apagou.

A memória é mais do que a soma de lembranças individuais. É a possibilidade de diálogo com o presente e com os outros, é a trama de signos e símbolos com os quais nos identificamos e reconhecemos, em certo sentido, a única reparação possível à dor das vítimas.

Este espaço, de minha memória, é o que merece em mim o mais profundo reconhecimento à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

As lutas de milhares de homens e mulheres tem colocado na agenda das nossas sociedades os Direitos Humanos e suas violações como parte de compromissos institucionais, da construção da cidadania e do sonho de um novo projeto civilizatório. Mas a construção democrática está retraída pelas violações de direitos pela exclusão ou pela supressão da cidadania de milhões de pessoas. “Quem cala, consente” diz o provérbio popular, por isso a existência deste Relatório, elaborado pela CCDH, significa a vontade de não calar e de não consentir e de fazer dos

¹ Militante uruguaiana, seqüestrada durante o regime militar no Brasil.

Direitos Humanos uma parte substancial da construção dessa cidadania, outorgando voz a todas e a todos os sujeitos. Temos a enorme tarefa comum de transformar os Direitos Humanos em prática cotidiana e este desafio envolve tanto as instituições quanto cada um dos cidadãos e cidadãs. Cada qual tem sua responsabilidade e um lugar que ocupar para que os sonhos se façam realidade.

Os Direitos Humanos, como a cidadania, são um terreno de disputa, uma construção não linear, um encontro de diversidades e uma luta para ampliar o espaço de reconhecimento mútuo em sociedade onde milhares de pessoas vivem à margem do direito de ter direitos.

Dizia Hanna Arendt, que a violação mais profunda dos direitos é estar privado de um lugar político, um espaço onde construir coletivamente as necessidades e identidades que nos convertam em atores de nossa própria vida, de onde exercer esse direito a ter direitos.

O reconhecimento dos direitos das pessoas e a denúncias de suas violações pelas instituições democráticas, embora não sejam o suficiente, são uma enorme contribuição para a construção simbólica de uma cultura de direitos que potencializa a própria existência da diversidade social e de seus atores e atrizes.

Que as instituições democráticas reconheçam os direitos das pessoas e denunciem sua violações, não resolve todos os problemas, mas contribui, sem dúvida, para construção concreta de uma cultura de direitos que potencializa a própria existência da diversidade social e seus atores e atrizes.

As mudanças conceituais no que consideramos cidadania e exercício de direitos têm se modificado no transcorrer da história, e não tenho dúvidas que esses esforços institucionais resultam na consolidação de uma nova cultura democrática.

Nomear as discriminações, reconhecer as exclusões, é uma forma de dotar de lugar políticos a cada ser humano, na medida em que faz delas uma tarefa coletiva a ser encarada. Em muitos países de nossa região essas iniciativas são assumidas quase exclusivamente por organizações não-governamentais, como se a qualidade da democracia não tivesse relação com a prática e o exercício individual dos direitos.

O “Relatório Azul” é um exemplo para as instituições democráticas do Cone Sul, oxalá todos os estados da região elaborassem um relatório que fosse ponto de referência para quem vê violado os seus direitos fundamentais.

Saúdo calorosamente essa nova edição do “Relatório Azul”, convencida de que as práticas institucionais criam e consolidam novas culturas políticas e de convivência humana.

O desafio de construir sociedades humanamente sustentáveis, democraticamente participativas e respeitosa da diversidade, não só é o melhor de nossos sonhos como a mais rica de nossas paixões.



